

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 30ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 – REQUERIMENTOS APROVADOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/7/2026

Presidência do Deputado Tadeu Leite, da Deputada Leninha e do Deputado Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 133/2026; Projetos de Lei nºs 5.919 e 5.938/2026; Requerimentos nºs 18.990, 19.002 a 19.004, 19.006, 19.007, 19.009 a 19.011, 19.013, 19.014, 19.016 a 19.020, 19.022, 19.023, 19.026 a 19.028, 19.030, 19.031 e 19.054/2026 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 19.008/2026 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Agropecuária e da Pessoa com Deficiência – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Palavras do Presidente – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 17.213 e 17.897/2026; deferimento – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Questões de Ordem – Requerimento do deputado Bruno Engler; aprovação – Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 63/2021; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 113/2026; encerramento da discussão; discurso do deputado Leleco Pimentel; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 132/2026; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 106/2026; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.946/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.458/2026; encerramento da discussão; discurso da deputada Lohanna; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.119/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2024; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.197/2024; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.469/2025; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.896/2025; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.823/2025; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.281/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.903/2023; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de

Administração Pública – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.996/2024; encerramento da discussão; discurso do deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Registro de Presença – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.291/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.474/2025; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.367/2025; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.929/2025; encerramento da discussão; discurso da deputada Ana Paula Siqueira; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.180/2026; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.365/2026; discursos das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Educação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.462/2026; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1; inexistência de quórum para votação; anulação da votação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Declaração de Voto – Questões de Ordem – – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Vitório Júnior – Adaleclever Lopes – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Gil Pereira – Grego da Fundação – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Eduardo Azevedo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Dalmo Ribeiro, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

– Os ofícios apresentados nesta reunião foram publicados na edição anterior.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente (deputado Tadeu Leite) – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 133/2026

– O Projeto de Resolução nº 133/2026 foi publicado na edição anterior.

PROJETO DE LEI Nº 5.919/2026

Declara de utilidade pública a Liga Brasileira de Jiu-Jitsu – LBJJ –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Liga Brasileira de Jiu-Jitsu – LBJJ –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de julho de 2026.

Amanda Teixeira Dias (PL)

Justificação: A presente proposição tem por finalidade declarar de utilidade pública a Liga Brasileira de Jiu-Jitsu – LBJJ –, entidade com sede no Município de Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 65.167.520/0001-39.

Fundada em 14 de julho de 1991, a Liga Brasileira de Jiu-Jitsu – LBJJ – é uma entidade de fins não econômicos, de caráter desportivo, com atuação voltada ao desenvolvimento, à organização, à orientação, à difusão e ao fortalecimento do jiu-jitsu. Conforme seu estatuto, a entidade tem entre suas finalidades congregar clubes, associações e entidades praticantes da modalidade, promover estudos, cursos, seminários, competições e demais atividades relacionadas ao esporte, além de contribuir para o progresso técnico e material de seus associados.

A atuação da entidade também se revela relevante pelo incentivo à prática esportiva, à disciplina, à convivência comunitária e ao desenvolvimento social por meio do esporte. O estatuto da LBJJ prevê, ainda, que a entidade não possui finalidade lucrativa, não distribui lucros, resultados, dividendos ou bonificações, destinando seus recursos à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Consta, ainda, em atestado apresentado, que a entidade se encontra em pleno, contínuo e regular funcionamento há mais de um ano, que seus dirigentes são pessoas idôneas e que os membros de sua diretoria não são remunerados pelo exercício de suas funções.

Dessa forma, tendo em vista a relevância das atividades desenvolvidas pela Liga Brasileira de Jiu-Jitsu – LBJJ em benefício da coletividade e o cumprimento dos requisitos legais exigidos, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Recebido e publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça, para exame preliminar, e à Comissão de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.938/2026

Institui a Política Estadual de Gestão, Conservação, Rastreabilidade e Transparência dos Bens Culturais Móveis pertencentes ao Estado de Minas Gerais, implementada por meio do Sistema Estadual de Gestão, Conservação e Transparência dos Bens Culturais Móveis – Sigbem-MG –, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Gestão, Conservação, Rastreabilidade e Transparência dos Bens Culturais Móveis pertencentes ao Estado de Minas Gerais, a ser implementada por meio do Sistema Estadual de Gestão, Conservação e Transparência dos Bens Culturais Móveis – Sigbem-MG –, com a finalidade de promover a preservação, o controle patrimonial, a rastreabilidade, a transparência e a valorização dos bens culturais móveis integrantes do patrimônio público estadual.

Art. 2º – Para os fins desta Lei, consideram-se bens culturais móveis aqueles que possuam valor histórico, artístico, cultural, arqueológico, bibliográfico, museológico, documental, decorativo ou simbólico, pertencentes ao Estado, às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, independentemente de serem tombados ou registrados em outro instrumento de proteção.

Art. 3º – São objetivos do Sigbem-MG:

- I – assegurar o controle permanente da localização e da situação dos bens culturais móveis;
- II – prevenir extravios, furtos, deteriorações e descaracterizações;
- III – fortalecer a transparência da gestão patrimonial;
- IV – subsidiar ações de preservação, restauração e conservação;
- V – facilitar a atuação dos órgãos de controle interno e externo;
- VI – preservar a memória institucional e cultural do Estado.

Art. 4º – O Sigbem-MG deverá conter, observadas as normas regulamentares e sempre que tecnicamente possível, no mínimo as seguintes informações sobre cada bem:

- I – identificação individual;
- II – fotografia ou registro digital atualizado;
- III – descrição técnica;
- IV – autoria, quando conhecida;
- V – período ou data estimada de produção;
- VI – origem e forma de incorporação ao patrimônio público;
- VII – dimensões, material e demais características relevantes;
- VIII – valor histórico, artístico ou cultural, quando identificado;
- IX – estado de conservação;
- X – localização física atual;
- XI – unidade administrativa responsável pela guarda;
- XII – histórico das movimentações, empréstimos, restaurações e demais ocorrências relevantes;
- XIII – número de patrimônio ou outro identificador oficial.

Art. 5º – Os bens cadastrados deverão possuir identificação individual compatível com sua natureza, podendo ser utilizados recursos tecnológicos destinados à rastreabilidade e à gestão patrimonial, preferencialmente compatíveis com os sistemas estaduais de patrimônio e com os padrões técnicos adotados pelo Iepha-MG, pelo Iphan e pelo Ibram.

Art. 6º – Toda movimentação, transferência, empréstimo, restauração, cessão, exposição, recolhimento ou qualquer alteração na guarda ou localização do bem será registrada no Sigbem-MG, na forma do regulamento, com indicação da data, da motivação e do responsável.

Art. 7º – Os órgãos e entidades da administração pública estadual responsáveis pela guarda e conservação dos bens culturais móveis assegurarão o registro, a inserção, a atualização e a manutenção, no Sigbem-MG, das informações constantes dos inventários dos respectivos acervos, elaborados em conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes.

Parágrafo único – As informações de que trata o *caput* deverão ser atualizadas no Sigbem-MG sempre que houver alteração nos inventários realizados na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis, especialmente nas hipóteses de transição de governo, mudança do dirigente máximo do órgão ou entidade, transferência da guarda do acervo ou outras situações previstas em regulamento.

Art. 8º – O Poder Executivo disponibilizará, em portal eletrônico de acesso público, informações sobre os bens integrantes do Sigbem-MG, observado o disposto na legislação relativa ao acesso à informação, à proteção do patrimônio cultural, à proteção de dados pessoais e à segurança institucional.

§ 1º – Poderão ser resguardadas as informações cuja divulgação possa comprometer a segurança dos bens ou das instalações públicas.

§ 2º – A restrição de acesso deverá ser devidamente fundamentada.

Art. 9º – Verificado o desaparecimento, extravio, furto, dano relevante ou destruição de bem cultural móvel, a autoridade responsável deverá adotar imediatamente as providências administrativas cabíveis, promover o registro da ocorrência no Sigbem-MG e comunicar os órgãos competentes, na forma da legislação vigente.

Art. 10 – O Sigbem-MG buscará interoperabilidade, sempre que tecnicamente possível, com:

I – os sistemas estaduais de gestão patrimonial;

II – os cadastros do Iepha-MG;

III – os sistemas do Iphan;

IV – o Cadastro Nacional de Museus e sistemas do Ibram;

V – outros sistemas públicos de preservação cultural.

Art. 11 – O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos de cooperação e parcerias com instituições públicas e privadas, universidades, museus e órgãos de preservação cultural para aperfeiçoamento, digitalização e atualização do sistema instituído por esta Lei.

Art. 12 – A omissão injustificada na atualização das informações no Sigbem-MG será apurada na forma da legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 13 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de julho de 2026.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, presidente da Cipe Rio Doce e vice-presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Justificação: O patrimônio cultural móvel pertencente ao Estado representa parcela significativa da memória, da identidade e da história de Minas Gerais. Obras de arte, mobiliário histórico, esculturas, peças decorativas, documentos, objetos museológicos e outros bens culturais se encontram distribuídos por palácios, museus, bibliotecas, arquivos, secretarias e diversos órgãos da administração pública.

Episódios recentes envolvendo questionamentos acerca da localização e da integridade de bens públicos de relevante valor histórico e artístico evidenciaram a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de gestão patrimonial, conferindo maior transparência, segurança e eficiência ao controle desses acervos.

Embora existam sistemas de patrimônio destinados ao controle contábil e administrativo dos bens públicos, não há um instrumento específico voltado à gestão integrada dos bens culturais móveis, contemplando informações técnicas, histórico de movimentações, estado de conservação, localização atual e mecanismos de rastreabilidade.

O presente projeto institui o Sistema Estadual de Gestão, Conservação e Transparência dos Bens Culturais Móveis – Sigbem-MG, estabelecendo diretrizes para a identificação, catalogação, conservação permanente e publicidade dessas informações, observadas as restrições necessárias à segurança do patrimônio público.

A proposta também fortalece os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência, da moralidade administrativa e da proteção ao patrimônio cultural, previstos nos arts. 23, III, 37 e 216 da Constituição da República, bem como nos dispositivos correspondentes da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Ao prever monitoramento periódico, registro das movimentações, atualização permanente dos dados e divulgação das informações de interesse público, o projeto cria instrumentos capazes de prevenir extravios, facilitar auditorias, subsidiar ações de conservação e ampliar o controle social sobre o patrimônio cultural estadual.

Trata-se, portanto, de medida moderna de governança pública, alinhada às boas práticas de gestão patrimonial, de transparência administrativa e de preservação da memória cultural mineira, contribuindo para que os bens pertencentes ao povo de Minas Gerais permaneçam devidamente identificados, protegidos e acessíveis às futuras gerações.

Diante do relevante interesse público da matéria, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

– Recebido e publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Cultura, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

– Os Requerimentos n^{os} 18.990, 19.002 a 19.004, 19.006, 19.007, 19.009 a 19.011, 19.013, 19.014, 19.016 a 19.020, 19.022, 19.023, 19.026 a 19.028, 19.030, 19.031 e 19.054/2026 foram publicados na edição anterior.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 19.008/202

Da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais pelos 75 anos de sua fundação.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, de Agropecuária e da Pessoa com Deficiência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Palavras do Presidente

De acordo com a legislação em vigor, em especial a Resolução nº 23.760, de 2 de março de 2026, do Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece o Calendário Eleitoral para as Eleições 2026, lembramos às deputadas e aos deputados, convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa da proibição de pronunciamentos que abordem temas eleitorais e/ou que caracterizem pedido de votos, bem como da restrição do uso de materiais alusivos a campanhas eleitorais.

Comunicação da Presidência

– A comunicação da presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, foi publicada na edição anterior.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública, de Agropecuária e da Pessoa com Deficiência, cujos teores foram publicados na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 17.213/2026, do deputado Charles Santos e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado a Maurício Galante, e 17.897/2026, da deputada Andréia de Jesus e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear Francisco César Gonçalves, conhecido pelo nome artístico de Chico César, e proceder à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

A deputada Bella Gonçalves – Boa tarde, presidente, vice-presidenta Leninha, todos os deputados e deputadas desta Casa, público que nos assiste, todo mundo. Eu me inscrevi aqui hoje porque o Estado de Minas Gerais está tomando decisões que vão levar a um colapso do abastecimento de água e de saneamento tal qual o que aconteceu com a privatização da Sabesp. Foram sumariamente demitidos da Sabesp 47% dos seus trabalhadores depois da entrega da empresa à Equatorial, o que causou um colapso de água: falta de água em diversos bairros de São Paulo e em cidades de São Paulo. Aqui, em Minas Gerais, o projeto de lei que autoriza a privatização da Copasa previa que não podem acontecer demissões até 18 meses depois da conclusão do processo de privatização. O que eu queria alertar para todo mundo aqui é que a privatização da Copasa ainda não foi concluída. Portanto esse prazo nem começou a correr. A Copasa só estará privatizada após aval do Cade, que ainda deve julgar um recurso do Sindágua no seu tribunal. Mas, como a Copasa não pode fazer demissões em massa de trabalhadores, o que a empresa resolveu fazer? Deslocamento involuntário, transferência involuntária de 3 mil trabalhadores – cerca de 30% do quadro de trabalhadores da Copasa – de seus municípios para municípios absolutamente distantes, gerando, com isso, uma forçação de barra para que eles peçam demissão. Imagine um trabalhador

que está há anos em Belo Horizonte ser mandado para Montes Claros, para Teófilo Otoni, para Diamantina. Vários deles não aceitarão tais medidas e vão pedir a sua demissão. Essa é uma prática de assédio laboral que está atentando contra a cláusula de estabilidade que nós aprovamos na lei, aqui na Casa. Se nós achamos que é preciso garantir uma estabilidade de 18 meses para os trabalhadores, isso serve justamente para evitar um colapso da rede de saneamento básico. Além disso, gente, eu queria falar sobre a forma como os municípios, em especial os pequenos municípios, estão sendo tratados pela Copasa. A Copasa encerrou negociação com grandes municípios, como Belo Horizonte e outros; e, para os pequenos municípios, fez um contrato base que precisa ser aceito ou não até setembro e em que há uma cláusula de renovação para até 2073, sem fazer uma discussão sobre qual investimento vai ser feito pela Copasa nesses municípios e sobre qual tarifa vai ser cobrada. O modelo de contrato é igual para todo mundo. Vários municípios estão com medo de assinar isso. É importante que eles saibam que, de acordo com o Marco do Saneamento, se eles não se manifestarem nem favoráveis nem contrários a essa renovação de contrato, a renovação acontece de forma automática, sem qualquer tipo de discussão pública, sem qualquer tipo de avaliação do contrato. Esse caso é mais grave ainda se nós olharmos os municípios da Bacia do Paraopeba e do Rio Doce. Sabem por quê? O TAC Águas dos 23 municípios do Paraopeba prevê uma transferência de R\$1.700.000.000,00 da Vale aos municípios para investimento em saneamento básico. No Rio Doce, também bilhões são investidos para que os municípios estendam a sua regra de saneamento básico. Isso deveria entrar na cláusula de reequilíbrio dos contratos com a Copasa, gerando gratuidades e modicidade tarifária para os municípios. Mas a Copasa não quer que você, município, saiba disso. Eu vou falar: para o município assinar uma renovação de contrato com a Copasa do jeito que as coisas estão, tem que ser muito subserviente ou muito burro, porque as cláusulas de modicidade tarifária, com o dinheiro de sangue da Vale, não estão sendo observadas para a ampliação das concessões até 2073. Queria aproveitar a presença grande de deputados aqui, que têm base em vários municípios, para alertá-los sobre o risco de um apagão, de uma crise de desabastecimento no Estado de Minas Gerais. Obrigada, presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Presidente, eu queria aproveitar estes minutos para falar sobre a ida do governador Mateus Simões a Montes Claros, quando ele transferiu o governo para essa cidade. Dentre muitos anúncios que ele fez, trazendo benefícios importantes para a região, para os municípios, com a presença de vários prefeitos, um deles me chamou a atenção, presidente, e acho que é fundamental para a gente. O senhor conhece bem a região. Refiro-me ao Centro-Oeste, ao Norte de Minas, à região de São Romão e Santa Fé de Minas, que é a nova fronteira agrícola do Estado de Minas Gerais. Nós levamos ao governador uma solicitação fundamental para que, verdadeiramente, essa região possa caminhar a largos passos. Essa, hoje, é uma das áreas mais produtivas de Minas Gerais. Colhem-se, todos os anos, quase 50.000t de soja, muitas 1.000t de outros grãos, como milho e feijão, e é uma região que não tem nenhuma assistência. As últimas máquinas do DER que patrularam as estradas, principalmente a MG-161, passaram por lá há 30 anos. Trinta anos atrás. A partir daí, nós ficamos esperando, sempre solicitando, sempre pedindo. O governador entendeu a importância dessa região do Centro-Oeste de Minas Gerais e determinou que se produza um projeto, o mais rapidamente possível, com os recursos que eles já têm, para que a gente possa ter esses benefícios. Estou falando da construção da ponte sobre o Rio São Francisco. Trata-se de dinheiro que já está acertado no programa, nas negociações de Mariana e de Brumadinho. A de Manga já está caminhando a passos largos; a de São Francisco para Pintópolis também já está numa fase bem adiantada; e a ponte sobre o Rio São Francisco, ligando São Romão, é uma ponte para a qual o DER já determinou a prospecção das fundações, fazendo as medições. Acredito que essa ponte vai efetivamente caminhar para trazer benefícios para a região. Há outra ponte que o governador também acatou, que é a ponte sobre o Rio Paracatu, ligando a cidade de São Romão a Santa Fé de Minas e a toda aquela região. Estou muito esperançoso de que a ida de Mateus Simões a Montes Claros possa, sim, ser revertida nessas obras tão importantes, com os recursos que ele disse que já tem garantidos. Repito: ao governador os nossos aplausos e a nossa certeza de que o que ele prometeu lá vai ser executado. Peço a V. Exa., à deputada Leninha, ao deputado Gil Pereira e ao deputado Arlen Santiago que a gente também faça essa pressão agora, para que o DER termine os projetos de prospecção e apresente o projeto da ponte sobre o Rio Paracatu, que V. Exa. também já pediu alguns meses atrás, mas agora com essa nova perspectiva. Também quero levar o apoio aos vereadores de São

Romão, de maneira muito especial ao vereador Solon Cavalcanti, que esteve à frente. Deixamos as nossas congratulações ao Décio Bruxel, um dos maiores produtores de grãos de Minas Gerais, que também esteve presente e recebeu a Medalha Alysson Paolinelli em Montes Claros, pelo grande produtor que é. E eu tenho certeza de que essa grande realidade, essa grande necessidade de termos a ponte sobre o Rio São Francisco – ligando São Romão –, a ponte sobre o Rio Paracatu e o conserto, o patrolamento e o cascalhamento das estradas vicinais do grande Centro-Oeste mineiro – produtor de grãos – pode efetivamente sair do papel. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Essa é uma reivindicação importante e necessária e faz coro com a reivindicação do nosso prefeito Allan do Sax, de São Romão. Tenho certeza de que todos nós, a bancada como um todo, vamos nos empenhar nessa questão. Parabéns pelo trabalho de V. Exa. Com a palavra, para questão de ordem, o deputado Cassio Soares.

O deputado Cassio Soares – Muito obrigado, presidente Tadeu. Nobres colegas, deputados e deputadas, de forma muito feliz, trago para todos os colegas e para a população mineira a informação de que a Universidade do Estado de Minas Gerais tem um novo reitor. Foi nomeado ontem, pelo governador Mateus Simões, o Prof. Vinícius D'Ávila, que era diretor da unidade de Passos, como novo reitor da nossa Universidade do Estado de Minas Gerais, juntamente com a Profa. Vanesca. Eles terão agora um novo mandato para conduzir as condições e os desígnios da nossa tão importante universidade, uma das instituições mais importantes do nosso Estado de Minas Gerais, que oferece para toda a nossa comunidade mineira cursos de graduação no ensino superior gratuito de Minas Gerais. Dessa forma, o governador Mateus Simões demonstrou o seu respeito pela eleição que aconteceu e fez a melhor escolha de pessoa responsável e comprometida que, juntamente com uma equipe que será formada, vai dar continuidade ao desenvolvimento, ao progresso e ao crescimento da Universidade do Estado de Minas Gerais. Eu digo que, ao longo desses últimos anos, houve vários avanços na política de permanência estudantil. Tivemos a oportunidade de aprovar, aqui nesta Casa, um projeto de lei de minha autoria, com a coautoria e a parceria da deputada Lohanna, que levou benefícios a todos os estudantes. Nós tivemos a inauguração do primeiro restaurante universitário na unidade de Passos, mas que se estenderá também a Divinópolis, Ituiutaba e outras tantas unidades pelo interior afora. E vamos continuar avançando com novos concursos públicos, que têm sido aprovados dia após dia, constantemente, para a substituição de professores e administrativos contratados por cargos efetivos, por meio dos concursos públicos. Assim, eu congratulo mais uma vez, parabenizo e desejo muito sucesso ao Prof. Vinícius, à Profa. Vanesca e a todos os que compõem a nova gestão à frente da nossa Universidade do Estado de Minas Gerais. Ao governador Mateus, mais uma vez, os meus agradecimentos e a minha admiração pela forma responsável com que conduziu essa escolha da melhor maneira, que era aguardada por todos os alunos e pela comunidade acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cassio. Quero aproveitar a oportunidade e também cumprimentar o novo reitor eleito da Uemg. Com a palavra, para questão de ordem, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Presidente, boa tarde. Cumprimento todos os colegas deputados da Casa. Eu venho ao microfone para celebrar e informar publicamente o resultado da nossa comissão de indicação ao Tribunal de Contas, ontem, da deputada Ione Pinheiro. Presidente, queria cumprimentá-lo e cumprimentar todos os líderes desta Casa por decidirem, durante a reunião de líderes, nomear uma comissão de mulheres. Eu tive a alegria de presidir a reunião, ao lado da deputada Nayara Rocha, que foi nossa relatora. Nossa vice-presidente foi a deputada Delegada Sheila. Também integraram a comissão a deputada Ana Paula Siqueira, com a sua importante trajetória de luta em defesa dos direitos da mulher. A deputada Carol Caram e várias deputadas – as deputadas Maria Clara Marra e Alê Portela – participaram desse processo. Então eu queria cumprimentar toda a Bancada Feminina, presidente, e, mais do que isso, cumprimentar a primeira mulher indicada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a deputada Ione Pinheiro. Ontem nós conversamos, presidente – e a deputada Nayara falou isso muito bem nos questionamentos que fez durante a arguição –, sobre como as mulheres avançam em tudo o que depende de mérito. Quando depende de fazer prova e passar num concurso, a gente vai bem, e a gente passa. Quando depende de fazer vestibular e entrar num curso, a gente passa. Quando depende de entregar produtividade e resultado, a gente consegue. Mas quando depende de uma aprovação política, quando depende dos outros

reconhecerem o nosso valor, principalmente quando esses outros com frequência são homens, é difícil conseguir quebrar esse teto de vidro, esse teto de cristal, como a ciência e a academia descrevem. Ontem, a deputada Ione Pinheiro começou a quebrar esse teto com a sua indicação. Então eu queria cumprimentar toda a Casa por decidir dar esse passo, que definitivamente não resolve a desigualdade de gênero nos espaços de poder, mas avança e coloca o primeiro tijolo nessa construção. Queria cumprimentá-lo, presidente, que em breve irá ao Tribunal de Contas, por tomar a decisão de deixar a Casa decidir esse processo. A Casa mostrou que nada é tão forte como uma ideia cujo tempo chegou. O tempo de termos uma mulher indicada pela Assembleia chegou ao Tribunal de Contas com, afinal, a maior Bancada Feminina da história que esta Casa Legislativa já viu. Então, presidente, obrigada pela confiança nesse processo. Obrigada a todas as deputadas da Bancada Feminina. Obrigada a toda a Casa. E parabéns, os nossos parabéns à deputada Ione Pinheiro, que, com certeza, quando o senhor pautar, na semana que vem, a votação neste Plenário, tenho certeza de que será muito bem votada, se não por unanimidade, para o Tribunal de Contas.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Bruno Engler em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que o Projeto de Lei nº 873/2023 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 63/2021, do deputado Arnaldo Silva, que acrescenta ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, a alínea “f” e o parágrafo único. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com Emenda nº 1, da Comissão de Saúde. Iniciada a votação em Plenário, foi o projeto aprovado, salvo emenda. A presidência lembra ao Plenário que a emenda será aprovada se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 63/2021 com a Emenda nº 1. À Comissão de Saúde.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PSB)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PP)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 113/2026, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a João Costa Aguiar Filho. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação da matéria, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Serei breve. Primeiro, quero dizer, aqui no Plenário, da alegria que hoje é o dia em que a nossa cidade de Ouro Preto completa 315 anos. Na verdade, são 328 anos. João Costa é diretor da Santa Casa de Belo Horizonte, dedicado e já contribuiu com muitas lutas. Por esta razão, tenho certeza de que a contribuição e missão dele em Minas Gerais, que é nascido em Colatina, lhe darão, assim como esta Assembleia Legislativa, toda a legitimidade de receber desta Casa o reconhecimento como Cidadão Honorário de Minas Gerais. Peço a todos que possam votar e possam, na Santa Casa de BH, procurar todas as informações e serviços que ele tem prestado ao povo de Minas.

O presidente – É isso aí, deputado Leleco. Vamos lá. E parabéns à nossa querida Ouro Preto no dia de hoje. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Carlos Pimenta. Portanto, votaram “sim” 45 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PSB)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PP)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 132/2026, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Cléber da Silva Faria. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Charles Santos e Lucas Lasmar. Portanto, votaram “sim” 44 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)
Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PSB)
Carol Caram (AVANTE)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PP)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 106/2026, da Defensoria Pública, que altera a Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 106/2026 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PSB)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PP)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.946/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita, que institui o Dia do Auditor Fiscal da Receita Tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.946/2025 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)
Bosco (PSD)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PSB)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PP)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.458/2026, da deputada Lohanna, que institui a Medalha Lô Borges e estabelece diretrizes para o reconhecimento de personalidades e iniciativas de destaque na música popular produzida no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação da matéria, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Obrigada, presidente. Presidente, pedi para encaminhar, rapidamente, pela importância e pelo orgulho que a gente tem desse assunto. O Clube da Esquina, a família Borges, o Milton Nascimento, enfim, todos aqueles que, do Bairro Santa Teresa, projetaram Minas Gerais para o Brasil e para o mundo estão oficialmente reconhecidos e são homenageados por esta Casa, hoje, com a votação da Medalha Lô Borges. Lô morreu no ano passado, e todo o mundo viveu dias de muita dor, porque, de alguma forma, todos aqui foram marcados pelas músicas do Clube da Esquina. Alguém pode ter uma história de amor da qual se lembra por causa das músicas do Clube da Esquina; pode ter uma história com o avô da qual se lembra por causa das músicas do Clube da Esquina; e pode ter uma história da adolescência ou uma história da infância. O Clube da Esquina, a nossa história musical, tem a capacidade de fazer com que isso represente o nosso DNA e apresente o que é a mineiridade para todo o Brasil e todo o mundo. Por isso, em abril, a gente homenageou aqui, na Casa, presidente, o Márcio Borges, que, indicado para a Academia Mineira de Letras, vai tomar posse no próximo sábado. Na mesma data, a gente também tornou público esse projeto da Medalha Lô Borges. Acho que, cada um que já cantou *Quem sabe isso quer dizer amor*, interpretada por Milton Nascimento, sabe que a gente se emociona com as músicas do Clube da Esquina e com tudo o que eles representam e entende a importância da votação dessa medalha. Entende também, para além de reconhecer o nosso passado, um pouco do futuro que a gente quer construir e da nossa musicalidade, fortalecendo os novos músicos, fortalecendo a nossa cultura, fortalecendo todo o mundo que conta a nossa história, desde quem está cantando em barzinho ou aprendendo as primeiras músicas até quem já está nos palcos fazendo música para tocar para todo o Brasil.

Por isso, presidente, eu peço aqui, hoje, a aprovação da nossa medalha pelos colegas deputados. Peço também ao governo do Estado, pois a gente sabe que uma medalha só tem força se o Poder Executivo abraçá-la efetivamente. Peço-lhe também, presidente, de público, ajuda para que o governo do Estado, o Poder Executivo e o secretário Leônidas tratem essa medalha não do tamanho que ela merece – ela acabou de ser criada –, mas do tamanho que o Lô Borges merecia, do tamanho que o Márcio Borges merece, do tamanho que o Clube da Esquina merece e do tamanho que o nosso DNA, a nossa mineiridade e as nossas raízes merecem. Hoje é um dia de muito orgulho para todo o mundo que defende as nossas raízes, a nossa trajetória, a nossa música e a nossa cultura. Obrigada, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Delegado Christiano Xavier. Portanto, votaram “sim” 42 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.458/2026 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PSB)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)

Raul Belém (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.119/2020, do deputado Coronel Henrique, que cria o Programa Estadual de Equoterapia. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.119/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocél (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2024, do deputado Leleco Pimentel, que dispõe sobre a previsão e a obrigatoriedade da existência de equipes multidisciplinares nas instituições de longa permanência para idosos – ILPIs. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Sargento Rodrigues. Portanto, votaram “sim” 41 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.056/2024 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)
Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Raul Belém (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.197/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Andradas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.197/2024 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.469/2025, do deputado Rodrigo Lopes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraisópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.469/2025 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.896/2025, do deputado Duarte Bechir, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a festa de carro de bois realizada no Município de Congonhal. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Retifique-se o voto do deputado Bosco de “não” para “sim”. Portanto, votaram “sim” 43 deputados, não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.896/2025. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lucas Lasmar (REDE)

Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.823/2025, da deputada Carol Caram, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa de São Boaventura, realizada no Município de Águas Formosas. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.823/2025 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.281/2023, da deputada Nayara Rocha, que dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa de inscrição para pessoas com deficiência em eventos esportivos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Duarte Bechir. Portanto, votaram “sim” 43 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.281/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão da Pessoa com Deficiência.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.903/2023, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado João Magalhães, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.996/2024, do deputado Doutor Jean Freire, que reconhece como de relevante interesse social e essenciais à cidadania os cartórios de registro civil de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação da matéria, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu queria ser breve. Peço licença ao colega deputado Doutor Jean, porque, como o projeto dele é subsequente a um projeto de minha autoria, o PL 1.903, eu não poderia deixar de encaminhar e de lamentar, mais uma vez, Sr. Presidente, o fato de que a gente faz um esforço enorme, até numa perspectiva futura, para ajudar o governador Mateus Simões, mas ele joga contra o tempo todo.

O líder do governo, o deputado João Magalhães, acaba de apresentar uma emenda apenas protelatória ao PL nº 1.903. O que diz a emenda? “Dê-se a seguinte redação ao art. 2º – Essa lei entra em vigor 180 dias após a publicação.” Emenda do deputado João Leite... Perdão, emenda do deputado João Magalhães ao PL nº 1.903. E o que diz o PL? O PL diz o seguinte, Srs. Deputados, Sras. Deputadas... Nós aprovamos uma lei aqui, em dezembro de 2022, presidente Adalclever: a Lei nº 24.260, de minha autoria. Essa lei determina que todo último dia útil do mês de janeiro o Poder Executivo vai oficiar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia e publicar no Diário Oficial eletrônico o índice do IPCA do ano anterior a que os servidores têm direito. A lei apenas manda dar publicidade e oficiar a Comissão de Fiscalização. Passados quatro anos, o governo Romeu Zema-Mateus Simões não cumpriu a lei até hoje.

Realizei cerca de cinco, seis, sete audiências públicas. Nenhum secretário que foi convocado compareceu e cumpriu a lei. O que eu fiz? V. Exa., presidente, deputado Adalclever, inclusive, pautou essa matéria, esse projeto meu. Já que a matéria não previa responsabilização administrativa, eu apresentei o PL nº 1.903 para dizer que se não se cumprir o que está previsto na lei... E essa previsão, presidente Adalclever... É aqui que a Constituição prevê a legalidade e a publicidade. A lei que eu aprovei não falava para pagar, até porque eu não poderia determinar isso por lei, mas eu aprovei a lei, e a Assembleia toda votou favoravelmente, inclusive os deputados do Novo, à época. Laura Serrano e Guilherme da Cunha – os dois – votaram a matéria, em dois turnos, dizendo que, ao final do mês de janeiro de cada ano, o governo, o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa um ofício comunicando:

“Olha, a inflação aferida pelo IPCA do ano anterior, a que têm direito os servidores, é de x%, ponto”. Apenas isso. Como o governo não cumpriu, eu apresentei esse projeto cobrando a responsabilidade administrativa do então secretário.

O que a gente escuta aí fora, deputado João Magalhães, líder do governo, é que o governador quer aprovar uma PEC para pagar, todo ano, a inflação do ano anterior. Ora, o governo sequer cumpre uma lei que está em vigor desde dezembro de 2026, que determina que ele publique o índice da inflação. E aí fica contando mentira para os servidores da segurança pública, dizendo que quer aprovar uma PEC e que é a Assembleia que não deixa isso andar. Chegou inclusive a afrontar os membros da CCJ, o presidente desta Casa. Nas suas palavras, o governador Mateus Simões chegou a afrontar diversos deputados desta Casa, inclusive o presidente do Poder, dizendo que ele era procurador de Estado, que ele é que sabia o que era constitucional ou o que não era constitucional, mas, no bastidor, ele joga contra. Ele não quer aprovar PEC nenhuma. Agora, o líder do governo, o deputado João Magalhães, me apresenta uma emenda apenas para fazer o meu projeto voltar para a comissão, ou seja, para protelar a discussão e a votação da matéria.

O que nós estamos propondo? Estamos propondo algo demais? Não! Queremos responsabilizar o governo por não cumprir uma lei. É o mínimo! Então eu quero me dirigir ao Sr. Mateus Simões – acredito que esta câmara é a que deve estar me acompanhando: governador Mateus Simões, pare de contar mentira em rede social, pare de falar que o senhor é a favor de votar a PEC que garante a inflação anual para o servidor da segurança pública. Pare de contar mentira! Nem mesmo a Lei nº 24.260, que determina que o senhor publique o índice da inflação do ano anterior no final do mês de janeiro, o senhor não publica. E agora, quando eu apresentei o PL nº 1.903, que prevê a responsabilização por não cumprirem a lei, o líder de governo me apresentou uma emenda, sob orientação do governador Mateus Simões, para não deixar o projeto ser votado hoje.

Portanto, presidente, eu faço um apelo ao presidente da minha comissão, o deputado Adalclever Lopes. Essa emenda está voltando para a Comissão de Administração Pública. Peço à V. Exa. que a paute o mais rápido possível, porque é apenas uma emenda protelatória. Não é sequer uma emenda de mérito, é apenas para postergar a votação do projeto. Então peço a V. Exa. que, na próxima semana, paute essa matéria, para a gente enfrentar a emenda – obviamente ela pode ser acatada ou pode ser derrotada, não tem problema, são 180 dias –, e para que o projeto volte o mais rápido possível.

Sr. Mateus Simões, pare de contar mentira para os profissionais da segurança pública de Minas Gerais, porque mentira tem perna curta. Hoje ela caiu por terra aqui em Plenário. Obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 37 deputados, que, somados às presenças do deputado Bruno Engler e da deputada Beatriz Cerqueira, totalizam 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.996/2024 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Carol Caram (AVANTE)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PL)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

Registro de Presença

O presidente – A presidência aproveita a oportunidade e agradece e registra a presença, nas galerias, dos alunos do 8º ano da Escola Municipal Sérgio Miranda, de Belo Horizonte; dos vereadores Zezinho, Maná e João Júnior, de Cachoeira de Minas, a pedido do querido amigo deputado Betinho Pinto Coelho; e do vereador Márcio, de Medina, a pedido do deputado Leleco Pimentel. Sejam bem-vindos. É um prazer recebê-los na Assembleia nesta tarde de hoje.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.291/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do

projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Cassio Soares, Elismar Prado, Marquinho Lemos e Sargento Rodrigues. Portanto, votaram “sim” 43 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.291/2025 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PL)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.474/2025, do deputado Charles Santos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens educativas contra golpes ao consumidor em cupons fiscais ou comprovantes emitidos por estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.474/2025 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)
Ana Paula Siqueira (PT)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PL)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

A presidenta (deputada Leninha) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.367/2025, do deputado Tadeu Leite, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Montalvânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do

projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

A presidenta – Registre-se o voto “sim” do deputado Charles Santos. Portanto, votaram “sim” 41 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PL)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Leite (MDB)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

A presidenta – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

A presidenta – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.367/2025 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)
Adriano Alvarenga (PP)
Ana Paula Siqueira (PT)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PT)
Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)
Bosco (PSD)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PL)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Leite (MDB)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.929/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, que amplia a área da Estação Ecológica de Fechos, criada pelo Decreto nº 36.073, de 27/7/1994. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação da matéria, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas deputadas, colegas deputados. Pessoal, venho fazer o encaminhamento do voto “sim” ao Projeto de Lei nº 4.929/2025. Quero dizer a todos aqui, a toda população de Minas Gerais e ao governo do Estado de Minas Gerais que eu não vou desistir de defender as nossas águas nem de buscar estratégias no Estado de Minas Gerais para garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da nossa cidade de Belo Horizonte.

A região da Estação Ecológica de Fechos, cuja expansão da proteção estou propondo aqui, é uma área em que há nascentes que são responsáveis pelo abastecimento de água da nossa capital. A água, inclusive a que sai das torneiras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, vem dessa reserva tão importante para todos nós da região metropolitana. Então estou reapresentando esse projeto, presidente, e quero contar com o apoio dos senhores deputados e das senhoras deputadas, com a nossa consciência da responsabilidade ambiental, que temos que ter não só com a nossa geração, como também com as gerações futuras. Então quero encaminhar pelo voto “sim” nesse projeto de lei, em 1º turno, para que possamos trabalhar novamente na Comissão de Meio Ambiente e retornar ao Plenário da Assembleia para a sua aprovação absoluta. Obrigada.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.929/2025 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PL)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.180/2026, do deputado Roberto Andrade, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins a área correspondente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PL)

Coronel Henrique (PL)

Dalmo Ribeiro (PSDB)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (UNIÃO)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 5.180/2026 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PV)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (PT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PT)

Betinho Pinto Coelho (UNIÃO)

Bosco (PSD)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PL)
Coronel Henrique (PL)
Dalmo Ribeiro (PSDB)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (UNIÃO)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lucas Lasmar (REDE)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (UNIÃO)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.365/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, que dispõe sobre o processo de escolha e nomeação dos cargos de reitor, vice-reitor e de direção da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As

Comissões de Educação e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas deputados e deputadas. Serei breve, mas acho que é importante que a sociedade compreenda o que está acontecendo e o que vai acontecer com esse projeto assim que eu terminar a minha fala. Esse é um projeto que surgiu a partir de um compromisso com a democracia na universidade. Todos sabem que acompanhei com muita atenção todo o período de intervenção na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o quanto o interventor conseguiu destruir a universidade. Agora ela está em reconstrução, mas evidentemente sofreu um atraso em função de não ter sido respeitada a decisão da comunidade acadêmica.

Isso já está resolvido para as universidades federais. Agora, com o mesmo compromisso, vamos tornar a gestão democrática na Uemg e na Unimontes uma política de Estado? O projeto é sobre isso. Não adianta vir ao microfone celebrar a nomeação do reitor pelo governador se essa nomeação tem um contexto meramente eleitoral; se essa nomeação está desconectada do compromisso do governo do Estado com a democracia na universidade; se houver a possibilidade de a próxima eleição na Uemg ou na Unimontes não ser respeitada pelo próximo governador do Estado. Então a democracia... Respeitar a decisão da comunidade acadêmica em relação à nomeação do reitor ou da reitora precisa ser uma política de Estado.

Esse projeto não será votado hoje. Por quê? Porque, quando está em discussão no Plenário, o projeto pode receber emendas; e, se ele receber emendas, a votação não acontece e o projeto volta para a comissão, para que ela opine sobre essa emenda. Bom, mas a emenda que será recebida daqui a pouco tem a única função de impedir que o projeto seja votado hoje. Então a gente não vai avançar com esse projeto no 1º turno, porque houve uma operação aqui – nós vamos ver quem é o autor da emenda, vamos ver quem está impedindo que o projeto avance – para que esse debate não avance na Casa Legislativa, para que a nomeação de reitor na Uemg e na Unimontes permaneça sob a discricionariedade do governador de plantão. O governo que está aí, se quiser respeitar, respeita; se não quiser respeitar a comunidade acadêmica, também tem a discricionariedade de não respeitar a decisão dela.

Então, presidente, eu só pedi a palavra para explicar isso à sociedade, porque ela não é obrigada a saber a dinâmica do nosso Regimento Interno. É perfeitamente legítimo qualquer colega parlamentar apresentar emendas ao projeto, mas, neste caso, a apresentação de emenda – que, me parece, será de um deputado que nem presente no Plenário está... Que curioso, não é? Nem presente no Plenário está. Essa emenda é para impedir que esse projeto seja votado hoje. A gente vai seguir. Obrigada, gente. Um abraço para todos os estudantes e todas as estudantes que estão aqui acompanhando o Plenário da Assembleia.

Essa emenda, então, vai ser votada na comissão, e o projeto voltará a ficar pronto para apreciação no Plenário brevemente. Mas trata-se da conveniência de um discurso de governo pela posse do reitor que foi escolhido pela comunidade acadêmica da Uemg, a quem eu quero felicitar, cumprimentar. Quero dizer que, na minha opinião, o governador não fez mais do que a obrigação dele: respeitar a decisão da comunidade acadêmica. Quando a gente celebra muito um governador que respeita a democracia da universidade, a gente também vê a fragilidade dessa democracia e, por isso, a necessidade de nós apontarmos uma política de Estado, e não do governo de plantão, do governo que está aí – querendo, ele nomeia; não querendo, ele não nomeia. O Poder Legislativo tem a oportunidade de fortalecer a democracia nas nossas universidades, a Uemg e a Unimontes.

Eu comentava – e com isto eu vou finalizar – o que eu compartilhava ali com a deputada Ana Paula Siqueira, a quem quero parabenizar pelo projeto recentemente aprovado. Às vezes as pessoas não têm dimensão da batalha gigantesca que temos para que os nossos projetos cheguem ao Plenário. Deixo o meu protesto em relação a esse atraso na votação do projeto, mas também quero celebrar a conquista de termos trazido esse projeto ao Plenário. Ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça – quero agradecer o presidente da comissão, deputado Doorgal, por tê-lo pautado; ele já foi votado na Comissão de Administração Pública – quero agradecer o presidente Adalclever Lopes por rapidamente tê-lo pautado; e também já foi votado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que relatoria foi da deputada Lohanna. Ou seja, nós batalhamos muito, conseguimos que o projeto viesse a Plenário e

vamos continuar batalhando para que a comunidade acadêmica seja respeitada, independentemente do governo que estiver aí, em seu direito de escolher o seu reitor e a sua reitora, tanto na Uemg quanto na Unimontes.

São essas as minhas considerações, presidente. Achei que seria educado da minha parte explicar à sociedade a tramitação que vai acontecer a seguir e o motivo pelo qual esse projeto não será votado no Plenário nesta tarde de hoje.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Eu queria dizer: “Uemg, quem conhece defende”. Nós conhecemos muito a força de uma universidade do Estado que atende a um perfil de estudantes do interior e da capital e que promove muita ciência e tecnologia. Ano passado, um consenso gerado aqui, nesta Casa, fez com que o projeto de federalização da Uemg, bem como o de venda dos imóveis da Uemg, que era a intenção do governo do Estado, fosse revisto e cancelado. Isso foi também resultado de muita luta dos movimentos estudantis, de professores, da Aduemg, a quem eu cumprimento, porque estão presentes nesta sessão legislativa. O próximo passo é lutar para garantir mais autonomia universitária. Autonomia universitária exige eleições diretas e democráticas e também graus de autonomia orçamentária.

A deputada Bia apresentou esse projeto de lei. Eu também apresentei um projeto de lei semelhante, que está anexado a esse projeto. Houve todo um trabalho da Bia de acompanhar esse projeto em cada comissão para que ele chegasse ao Plenário. Seria um dia de celebração, em que a gente votaria esse projeto, mas espero que a gente possa votá-lo o quanto antes. Afinal de contas, eleição direta e democrática é algo que, inclusive, nos trouxe até aqui, deputados e deputadas. A comunidade universitária da Uemg tem o direito de escolher o seu reitor e a sua reitora não apenas neste governo, mas para todo o sempre. Isso vai ser importante para garantir a autonomia da nossa Universidade do Estado de Minas Gerais. Então parabéns, Bia. Vamos aguardar que esse projeto volte o quanto antes ao Plenário, para que votemos pela autonomia universitária.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Arlen Santiago, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Educação para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.462/2026, do deputado Ricardo Campos, que reconhece como de relevante interesse social, cultural, histórico e econômico do Estado a Festa Nacional do Baru realizada anualmente no Município de Arinos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram apenas 32 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência a torna sem efeito.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

A presidenta (deputada Leninha) – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para questão de ordem, o deputado Ricardo Campos.

Questão de Ordem

O deputado Ricardo Campos – Na verdade, queria primeiro pedir aos nossos colegas deputados e deputadas a compreensão sobre a importância de respeitar o Parlamento e o espaço democrático de cada um dos deputados e de cada uma das deputadas. E, mais do que isso, eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade de pedir a todos nós que façamos uma homenagem póstuma a um grande amigo que foi secretário de Estado de Fazenda, o nosso ex-secretário José Afonso Bicalho, que partiu deste plano terrestre para o plano espiritual. Ele merece uma homenagem desta Casa em memória dos relevantes serviços prestados a Minas Gerais, a Belo Horizonte e a toda a sua família, com quem nós partilhamos a caminhada. Quero pedir 1 minuto de silêncio pela passagem do saudoso José Afonso Bicalho.

Homenagem Póstuma

A presidenta – É regimental. Determino 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Declaração de Voto

O deputado Leleco Pimentel – Presidenta Leninha, eu me inscrevi entendendo que tivemos votações muito importantes hoje neste Plenário e que a Mesa pudesse fluir com os trabalhos. De modo muito especial, eu queria agradecer a todas as deputadas e todos os deputados pela aprovação do nosso Projeto de Lei nº 3.056, que é uma verdadeira proteção aos idosos. Nós estamos vivendo num país que envelhece e não envelhece com as condições de dignidade de vida para todos. As Instituições de Longa Permanência para Idosos, confundidas ainda com nomes antigos de asilos ou lar de idosos, estão com um número enorme de pessoas acamadas, chegando a quase 90% daqueles que vivem, mas não têm as garantias de profissionais de saúde, como é o caso dos profissionais da fisioterapia e da fonoaudiologia, para que tenham dignidade dos exercícios e da vida cotidiana. O nosso projeto de lei torna obrigatório a presença dos profissionais da fisioterapia e da fonoaudiologia, não só como obrigação para as ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos, mas para que a gente consiga ter de fato uma política pública que não fique reservada a nenhuma forma de achar que quem já contribuiu para o que hoje usufruímos não tenha direito. Às vezes é uma pessoa que viveu da agricultura familiar, que colocou alimento na nossa mesa. Às vezes é uma pessoa que foi doméstica na casa de pessoas que não têm mais lugar para ela. É alguém que não tem mais um parente e às vezes não tem um filho. Portanto, necessitando de cuidados tão especiais, nós temos que transformar as nossas ILPIs em verdadeiros centros de reabilitação para a dignidade da pessoa idosa. Eu fico muito feliz com essa votação, em 2º turno, que agora levará o nosso Projeto de Lei nº 3.056 a virar lei dentro do prazo de 60 dias. Eu quero compartilhar com os deputados que nós aceitamos, sim, que devemos fazer uma modificação para que as emendas parlamentares não necessitem ir somente para a assistência social. Que elas possam ir diretamente para essas ILPIs, para que ajude no custeio desses profissionais. Quem sabe a gente possa habilitar isso como serviço de saúde, porque é muito importante que as Apaes, as ILPIs, essas casas tenham, sim, condição de dignidade com profissionais da fisioterapia, terapia ocupacional, com direito a enfermeiros, com direito a nutricionista. Deputada Leninha, compartilho com V. Exa. esse projeto de lei, porque sei das tentativas de criar lares pelo Estado de Minas Gerais. Nós da esquerda temos tido a preocupação da nossa presença, mas sobretudo da dignidade de quem vive acamado, sem ter um profissional, sem ter quem traga dignidade de fato a essas vidas. Viva cada idoso, cada idosa. O dia 26 de julho é dia de Joaquim e Sant'Ana, dia do vovô e da vovó. Então compartilho com cada vovô e cada vovó que estão em um asilo a depender de política pública essa nossa conquista neste Plenário da Assembleia Legislativa. Obrigado, deputada Leninha.

A presidenta – Obrigada, deputado Leleco Pimentel. Com a palavra, para questão de ordem, a deputada Lohanna.

Questões de Ordem

A deputada Lohanna – Presidenta, pedi a palavra por causa de uma denúncia extremamente séria que precisa ser feita aqui, na Assembleia. Hoje o senador da República, que também é senador representando a minha cidade de Divinópolis – o senador

Cleitinho –, fez uma fala muito séria no Senado Federal. Ele disse que lhe ofereceram dinheiro para que não fosse candidato ao governo do Estado. Veja, presidenta, que, além de dizer isso, ele falou que um político de Divinópolis fez isso. Vejamos! Divinópolis está bem representada no cenário político hoje. Nós temos algumas opções para citar. Dos mais conhecidos, temos o irmão dele – e são vários irmãos: um irmão que é deputado estadual; outro que foi prefeito; o deputado federal Domingos Sávio, que é pré-candidato a senador; o ex-deputado Fabiano Tolentino, que, hoje em dia, tem um mandato compartilhado com o deputado Professor Wendel; eu; e os vereadores da cidade. Então eu gostaria de saber e de perguntar aqui, no Plenário da Assembleia, onde, sem dúvida, pela relevância, essa questão vai repercutir, qual foi o político de Divinópolis que ofereceu dinheiro para que o senador Cleitinho não fosse candidato a governador. Segundo ele, presidenta, isso aconteceu dentro de um carro com música alta, por medo da pessoa que fez essa pergunta. Presidenta, veja a seriedade do que o senador Cleitinho disse. Essa é uma acusação que precisa ser reportada aos órgãos de investigação; e é isso que o nosso mandato vai fazer. Vou noticiar tanto à Polícia Civil quanto ao Tribunal Eleitoral para que tenhamos condições de saber, porque isto, no mínimo, configuraria abuso de poder econômico: uma pessoa tentar tirar a candidatura de outra, tendo dinheiro para dispor e poder fazer isso. E pior: o senador Cleitinho dizer que foi um político de Divinópolis que fez isso! Bom, nós temos, além desses nomes que citei, 17 vereadores e a prefeita, que era vice do irmão dele. De quem ele está falando? Quem é o político de Divinópolis que ofereceu dinheiro para que ele não fosse candidato a governador? Acho que é importante colocar isto: o senador Cleitinho falou que não está à venda, mas foi ele mesmo que, há menos de dois meses, deu uma entrevista para o jornal Estado de Minas e disse que só entrou na política porque queria aparecer. Ele disse também que, se recebesse qualquer oferta melhor, largaria essa – e aí falou uma palavra que começa com “m”. Todos sabem qual palavra é, mas não vou repeti-la aqui em respeito ao Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Acho, presidenta, que as pessoas têm todo o direito de ser ou não ser pré-candidatas, de colocar ou não os seus nomes, os seus corpos, as suas almas e os seus corações à disposição do povo mineiro. Isso é em qualquer disputa, seja para deputado estadual, seja para deputado federal, seja para senador, seja para governador. Mas é muito sério quando uma pessoa diz que ofereceram dinheiro a ela. Acredito que os 22 milhões de mineiros têm o direito de saber quem foi que, supostamente, ofereceu dinheiro, e mais, quem foi o político de Divinópolis que ofereceu dinheiro ao senador Cleitinho para que ele não seja candidato. Até porque, como ele mesmo disse, isto nunca foi algo que ele desejou: representar e cuidar do nosso povo. Ele entrou na política, nas palavras dele, para aparecer. Por isso, presidenta, estou deixando aqui registrado que o nosso mandato vai oficiar a Polícia Civil e o Tribunal Eleitoral para entender quem ofereceu dinheiro ao senador Cleitinho, já que isso configura, com certeza, crime eleitoral. Se o deputado Eduardo Azevedo estivesse aqui, eu lhe perguntaria se foi ele, já que ele é o outro político de Divinópolis que a gente tem aqui, no Plenário. A gente precisa entender quem foi, afinal de contas, se o senador Cleitinho está querendo dar passos para trás e não ser pré-candidato, seja porque percebeu o tamanho da dívida do Estado, construída inclusive pelo governo que ele apoiou durante sete anos, governo do Zema e do Mateus Simões, seja porque ele percebeu que tem condições de negociar coisas maiores, seja por qualquer outro motivo... O que ele não pode é atribuir, de forma irresponsável, a alguém da cidade da qual ele veio a responsabilidade por tentar comprá-lo. Até porque, presidenta, vamos falar a verdade, as pessoas não tentam comprar quem não está à venda. Ninguém tenta acessar algo que não está numa vitrine. Ninguém nunca tentou me comprar. Alguém já tentou comprá-la, presidenta? As pessoas não tentam comprar quem não está à venda. Talvez as pessoas estejam tentando comprá-lo porque ele disse, publicamente, para o Estado de Minas, dois meses atrás, que, se recebesse uma proposta melhor, sairia dessa “m” – é a palavra que ele disse. Mas entendo que o senador Cleitinho deve, no mínimo, explicações sobre o que ele estava falando e sobre quem que ele estava falando. Obrigada, presidenta.

A deputada Andréia de Jesus – Obrigada, presidenta. Boa tarde, colegas deputados e deputadas. Também quero fazer uma questão de ordem, presidenta. É muito grave a situação de racismo que alguns congadeiros vêm sofrendo. Eu acho importante trazer isso para este Plenário, porque, na última semana, no dia 6 de julho, o congado de Divinópolis fez 28 anos. É o reinado de Moçambique Santa Efigênia, lá de Divinópolis. Desde os 2 anos de idade, a jovem Ana Elisa é congadeira. Essa jovem de 20 anos, que hoje ocupa as redes sociais de forma combativa, ou seja, combatendo o racismo e enfrentando as *fake news*, também tem sofrido

racismo e ataques nas redes sociais praticados por quem desconsidera o papel importante do congado nas tradições de Minas Gerais. Congadeira como é, que tem o pai à frente ali do congado, registrou essas denúncias. Trago isso aqui para a Assembleia, porque é algo recorrente em todo o Estado a intolerância com os congadeiros por parte de alguns membros da Igreja Católica. Mas isso acontece também no cortejo. As pessoas são atacadas durante o cortejo do congado, que hoje é a maior festa do Estado de Minas Gerais, gera uma riqueza imensa, mas, infelizmente, é pouco valorizado pelo governo do Estado e recebe pouca proteção do Estado. Estamos falando de uma tradição reconhecida nacionalmente como patrimônio do Brasil, que é o congado, o reinado, as irmandades. Então registro, neste momento – é importante deixar isso registrado nesta Casa –, a situação que a Ana Elisa está sofrendo como congadeira e também como uma jovem que tem coragem de enfrentar o racismo em diversos espaços institucionais – e ela está na rede. Precisamos exigir do Estado proteção para as nossas mulheres e os nossos congadeiros, para que possamos enfrentar o racismo que hoje é um dos elementos que nos impede de ocupar espaços de poder e de representar os nossos. Obrigada, presidenta. Eu queria também, neste momento, pedir a recomposição de quórum.

Encerramento

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para a especial também de amanhã, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 9/7/2026

Presidência da Deputada Ione Pinheiro

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bruno Engler – Doutor Jean Freire – Ione Pinheiro – Leleco Pimentel – Lucas Lasmar – Ricardo Campos.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Ione Pinheiro) – Às 14h14min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/3/2026

Às 16h4min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Empresa Mineira de Comunicação, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/3/2026. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.884/2025 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Andréia de Jesus). Suspende-se a reunião. Encerra-se a reunião após o decurso do prazo regimental.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2026.

Lohanna, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/4/2026

Às 10h53min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Antônio Carlos Arantes, João Magalhães e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Enes Cândido, por indicação da liderança do BAM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.393/2026 (relator: deputado Zé Guilherme). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Zé Guilherme, presidente – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Leleco Pimentel.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/5/2026

Às 16h13min, comparecem à reunião a deputada Lohanna e os deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Tadeu Martins Leite convidando a participar do 1º ciclo de prestação de contas do governo de 2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, que será realizado de 15 a 23/6/2026 e se destina à obtenção de informações sobre a gestão do Poder Executivo no período de 1º/5/2025 a 31/5/2026, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição Estadual, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 2.705, de 23/4/2019, sendo que esta comissão participará das reuniões do dia 17/6/2026, às 14 horas, com a Secretaria de Estado de Cultura, e do dia 23/6/2026, às 9 horas, com a Secretaria-Geral do Estado e as Secretarias de Estado da Casa Civil, de Fazenda, de Governo e de Comunicação Social; e mensagem por correio eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 16.903/2026. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (três ofícios em 1º/5/2026); da Universidade do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/4/2026); e da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 30/4/2026). Com a concordância dos membros, a presidência estabelece as quartas-feiras, às 16 horas, como novo dia e horário das reuniões ordinárias. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.753/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 e 5, ficando prejudicadas as Emendas nºs 3 e 6 (relator: deputado Professor Cleiton); 1.546/2023 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton); 3.980/2025 na forma do vencido em 1º turno (relatora: deputada Lohanna); 4.010/2025 (relatora: deputada Lohanna); 4.238/2025 na

forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton); 4.248/2025 (relator: deputado Professor Cleiton); 4.400/2025 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação, no 1º turno, dos Projeto de Lei nºs 2.541/2021 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Lohanna); 2.915/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Lohanna); 3.418/2025 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Professor Cleiton, em virtude de redistribuição); e 4.333/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Professor Cleiton, em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 1.947/2024 e 3.513, 3.921, 4.294, 4.564, 4.604 e 4.648/2025 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 4.431 e 4.711/2025, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputada Lohanna e deputado Professor Cleiton. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.304/2025 e 5.222/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.786/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com Jader Augusto de Oliveira Silva e Francis Albert Cotta pela relevância do livro *Comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas): atuação policial em Minas Gerais*;

nº 20.793/2026, dos deputados Leleco Pimentel e Professor Cleiton e da deputada Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater o potencial econômico para o Estado da criação de jogos eletrônicos e outros produtos culturais e esportivos inspirados na passagem da Coluna Prestes pelo Estado e da exploração turística do Caminho da Coluna Prestes;

nº 20.860/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Carlos Márcio, escritor e violoncelista, pelo lançamento do livro *Racismo, constante como o tempo*, vencedor do prêmio Resistência 2025 na categoria Poesia;

nº 20.862/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados com a finalidade de debater a naturalização do racismo no Brasil contemporâneo, bem como para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com escritor e violoncelista Carlos Márcio pelo lançamento do livro *Racismo, constante como o tempo*;

nº 20.908/2026, dos deputados Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos culturais e financeiros dos projetos de lei que visam estabelecer limites para os gastos com *shows* e eventos nos municípios do Estado;

nº 20.909/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Radio Santa Cruz pelos 55 anos de sua fundação;

nº 20.943/2026, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da transformação social por meio da música e para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Orquestra Escola Criarte de Belo Horizonte pelos 25 anos de sua fundação;

nº 20.944/2026, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Orquestra Escola Criarte pelos 25 anos de sua fundação;

nº 21.009/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Cultural Gilberto Alves por sua relevante atuação na defesa e na promoção do direito à cultura no Estado, especialmente no Município de Guaranésia;

nº 21.010/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que a Associação Cultural Gilberto Alves apresente os resultados dos projetos desenvolvidos no fomento à cultura e à educação, bem como para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a entidade;

nº 21.011/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que a Associação dos Núcleos Pedagógicos de Orquestra do Sul de Minas apresente os resultados dos projetos desenvolvidos, as metodologias e os impactos de suas atividades na região Sul do Estado, bem como para que seja entregue o diploma referente ao voto de congratulações com a entidade;

nº 21.012/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Núcleos Pedagógicos de Orquestra Sul de Minas por sua relevante iniciativa de democratização do acesso à cultura e à educação musical no Estado, com especial atuação na região Sul do Estado;

nº 21.015/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Dona Rosinha pelo lançamento da obra *Memórias do meu quilombo*;

nº 21.024/2026, da deputada Lud Falcão, em que requer seja formulado voto de congratulações com Marcus Vinícius Teixeira Silva pela idealização do projeto Retratos Sem Fronteiras e por sua relevante contribuição à valorização da cultura, da memória e da identidade do povo mineiro através da fotografia e do cinema;

nº 21.071/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Municipal de Apoio Comunitário pela relevante atuação, ao longo de 40 anos, no Município de Juiz de Fora, especialmente pelo desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de assistência social, inclusão, cidadania e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade; e

nº 21.175/2026, dos deputados Leleco Pimentel e Professor Cleiton e da deputada Lohanna, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Estado de Israel pela prisão do cidadão brasileiro Thiago Ávila por autoridades desse país, no contexto de sua participação na flotilha Global Sumud.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Professor Cleiton, presidente – Mauro Tramonte – Bim da Ambulância.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2026

Às 10h12min, comparecem à reunião os deputados Betão e Celinho Sintrocel, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; e as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, membros da Comissão de Direitos Humanos. Estão presentes também a deputada Leninha e o deputado Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, o fim da jornada de trabalho 6x1 e seus impactos na vida do trabalhador, tratando dos efeitos sobre sua saúde física e mental, o bem-estar de sua família, sua convivência comunitária, bem como todos os benefícios gerados pela garantia de vida plena digna além do trabalho. Essa iniciativa acolhe o programa Câmara pelo Brasil e a Comissão Especial sobre o Fim da Escala 6x1 Vida Digna ao Trabalhador, que promovem debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, que trata do fim da escala de trabalho 6x1. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Vanessa Portugal Barbosa, membro da Coordenação Estadual da Central Sindical e Popular Conlutas, representando Rafael Ribeiro de Ávila,

membro da Coordenação Estadual da Central Sindical e Popular Conlutas; Célia Xakriabá, deputada federal; Silvana Morais Rosa, membro da Coordenação Executiva do Intersindical da Central Classe Trabalhadora; Valéria Peres Morato Gonçalves, presidenta do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais; e Ana Cristina de Lima Pimentel, deputada federal; e dos Srs. José Leonardo Costa Monteiro, deputado federal; João Gabriel Pio, gerente de estudos econômicos da Federação das Indústrias de Minas Gerais; Vandeir Messias Alves, presidente da Força Sindical Estadual de Minas Gerais; Guilherme Castro Boulos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego; Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes, deputado federal; Alencar Santana Braga, deputado federal; Leonardo Silva Prates, deputado federal; Loricardo de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos; Bruno Figueiredo Viegas, coordenador estadual da Pública Central do Servidor; Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores; Fabian Ricardo Schettini, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais – UGT-MG, representando o presidente da UGT-MG; José Wellington Barroso de Araújo Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Lucas Sidrach, coordenador nacional do Movimento Vida Além do Trabalho; Rogério Correia de Moura Baptista, deputado federal; Charles Correa Drumond, da Central dos Sindicatos Brasileiros; André Janones, deputado federal; e André Quintão, ex-deputado estadual de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados presentes e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2026.

Betão, presidente – Leleco Pimentel – Mauro Tramonte.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2026

Às 11h14min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ministério Público de Minas Gerais publicado no *Diário do Legislativo* em 20/5/2026. Registra-se a presença da deputada Leninha. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.094/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belo Horizonte pedido de providências com vistas à prestação de assistência técnica, jurídica e material para a produção de alimentos e a regularização fundiária do Assentamento São Domingos, no Município de Tupaciguara;

nº 20.095/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais em Tupaciguara pedido de providências para que garanta o acesso à energia elétrica ao Assentamento São Domingos, no Município de Tupaciguara;

nº 20.096/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Tupaciguara pedido de providências para que viabilize o acesso por estradas ao Assentamento São Domingos, nesse município;

nº 20.097/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais em Araguari pedido de providências para conclusão do fornecimento de energia elétrica para iluminação pública no Bairro Sewa;

nº 20.098/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que intervenha, em defesa do direito à moradia, no processo de reintegração de posse envolvendo o Assentamento São Pedro, no Município de Araguari;

nº 20.099/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Araguari pedido de providências para a realização da regularização fundiária dos Assentamentos Nosso Lar, com 37 famílias; São Pedro, com 187 famílias; e Novo Horizonte, com 57 famílias, nesse município;

nº 20.100/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público e à Defensoria Pública, ambos em Mariana, pedido de providências para que sejam adotadas medidas de defesa do direito fundamental à moradia diante da demolição de casas pela Prefeitura municipal de Mariana, na região do Bairro São Cristóvão;

nº 20.737/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas a Carlos Alberto Santos da Silva, coordenador-geral da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa; a Gean Marcos Martins de Melo, vereador da Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas; ao Pe. Roberto Rubens da Silva, vigário episcopal para Ação Social, Política e Ambiental; a Bernardino Soares de Oliveira Cunha, vice-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais; a Leandro Antônio Costa, superintendente-executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal; a Wallace Oliveira dos Santos, integrante da Coordenação Estadual do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; a Vinicius Souza Larrosa da Silva, superintendente de Rede da Caixa Econômica Federal; a Lorhany Ramos de Almeida, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais; a Hugo Daysel Mendes, subsecretário de Política de Habitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; a Raquel Luiza Seabra Rezende, superintendente de Regularização Fundiária Urbana do Estado; a Ednéia Aparecida de Souza, diretora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; a Evaniza Lopes Rodrigues, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular; à irmã Cristina Bove, coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua; a Marilza Dutra Alves, conselheira das Cidades e integrante da União Nacional por Moradia Popular; ao deputado federal Padre João; a Augusto Henrique Alves Rabelo, secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades; e a Pedro de Freitas Moreira, superintendente municipal de Habitação de Ouro Preto, as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação da moradia à luz do tema “Fraternidade e Moradia”, da Campanha da Fraternidade de 2026 no Brasil, e do lema “Ele veio morar entre nós”, inspirado em João 1:14, com enfoque na moradia digna como direito humano e na presença evangélica de Jesus Cristo junto àqueles que não têm casa;

nº 20.738/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam instaladas a Comissão Especial de Acompanhamento dos Processos de Desocupação de Áreas Invasadas para Assentamento Rural ou Urbano e sua respectiva Mesa de Diálogo, previstas no Decreto nº 48.758, de 2024;

nº 20.739/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pe. Roberto Rubens da Silva, do Vicariato Episcopal para Ação Social, Política e Ambiental, com Dom Edmar José da Silva, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Leste 2 pelo empenho na organização da Campanha da Fraternidade de 2026, com o tema “Fraternidade e moradia”;

nº 20.740/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os balanços patrimoniais e contábeis dessa companhia entre os anos de 2019 e 2024;

nº 20.741/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico, de Governo e de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja regulamentada a Lei nº 25.046, de 2024, que institui a política estadual de produção social de moradias por autogestão;

nº 20.742/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para a extensão da rede de energia elétrica na zona rural do Município de Rio Pardo de Minas, bem como para a solução da intermitência no fornecimento de energia elétrica na região do Bonfim;

nº 20.777/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais e à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a instalação de mesa de mediação de conflitos para resolução de disputas fundiárias e urbanas, com a participação da Cooperativa Habitacional Metropolitana e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia;

nº 21.798/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à Comunidade Fidel Castro, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de habitação das famílias e analisar o risco de ação de reintegração de posse no local.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Leleco Pimentel, presidente – Rodrigo Lopes – Zé Guilherme.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/5/2026

Às 10h6min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Mauro Tramonte (substituindo o deputado Bim da Ambulância, por indicação da liderança do BAM) e Betão (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 21.836/2026, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos e as perspectivas do recente acordo de renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica sob a ótica da infraestrutura logística para os setores mineral e energético do Estado, com foco na destinação de recursos e na execução das obras que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Gil Pereira, presidente – Beatriz Cerqueira – Carlos Pimenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/5/2026

Às 13h44min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Zé Guilherme (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Guilherme. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício Circular nº 6/2026 – PGJMG/Procon-MG/SECP/Asjup, do Procon-MG, encaminhando despacho em que esse órgão manifesta preocupação com os impactos da eventual aprovação do Projeto de Lei Federal nº 2.766/2021, em tramitação no Congresso Nacional.

Comunica também o recebimento de mensagem do Sr. Welerson Francisco Ferreira, encaminhada por meio do Fale com as Comissões, solicitando providências desta comissão quanto aos altos valores cobrados para emissão da Carteira Nacional de Habilitação. Registra-se a presença do deputado Eduardo Azevedo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 21.829/2026, dos deputados Adriano Alvarenga e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao Consórcio Rota da Liberdade e à Construtora Metropolitana, líder do referido consórcio, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para a realização de estudos técnicos, vistorias e obras de adequação, com instalação de iluminação, destinadas à melhoria da segurança viária nos trevos de acesso aos distritos do Município de Mariana, especialmente nas localidades que especifica;

nº 21.831/2026, dos deputados Adriano Alvarenga e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao representante do Consórcio Rota da Liberdade e ao presidente da Construtora Metropolitana, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de informações sobre as desapropriações ou servidões administrativas decorrentes das obras do referido consórcio, com os esclarecimentos que menciona;

nº 21.832/2026, dos deputados Adriano Alvarenga e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao Consórcio Rota da Liberdade e à Construtora Metropolitana, líder do referido consórcio, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para a realização de estudos técnicos, vistorias, instalação de iluminação e obras de adequação destinadas à melhoria da segurança viária nos trevos de acesso aos distritos do Município de Mariana, especialmente nos locais que menciona;

nº 21.833/2026, dos deputados Adriano Alvarenga e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao Consórcio Rota da Liberdade e à Construtora Metropolitana, líder do referido consórcio, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para que seja criada uma comissão de acompanhamento da concessão de trechos das Rodovias BR-356, MG-329 e MG-262, com a participação de integrantes do poder público e das comunidades atingidas pelas obras de intervenção;

nº 21.834/2026, dos deputados Adriano Alvarenga e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado ao Consórcio Rota da Liberdade e à Construtora Metropolitana, líder do referido consórcio, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para a intensificação e aceleração dos serviços de manutenção, conservação e recuperação das Rodovias MG-262 e MG-329, trechos sob responsabilidade desse consórcio;

nº 21.863/2026, da deputada Carol Caram, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater a prática de *pink tax*, ou “taxa rosa”, que consiste na diferenciação de valores cobrados em produtos e serviços em virtude do gênero alvo.

Registra-se a presença do deputado Elismar Prado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Adriano Alvarenga, presidente – Carol Caram – Charles Santos – Eduardo Azevedo.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/5/2026

Às 16h14min, comparecem à reunião os deputados Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes e Arnaldo Silva (em substituição, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do presidente desta Casa em que convida as deputadas e os deputados a participarem

do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas 2026 –, que será realizado de 15 a 23/6/2026, com o objetivo de obter informações sobre a gestão das pastas do governo do Estado, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 2.705, de 23/4/2019, considerando o período de 1º/5/2025 a 30/4/2026, sendo que esta comissão participará das seguintes reuniões: no dia 18/6/2026, quinta-feira, às 9 horas, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; no dia 22/6/2026, segunda-feira, às 14 horas, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias; e no dia 23/6/2026, terça-feira, às 9 horas, com a Secretaria-Geral do Estado e as Secretarias de Estado de Casa Civil, de Fazenda, de Governo e de Comunicação Social. Comunica também o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão publicado no *Diário do Legislativo* em 23/4/2026. A presidência torna sem efeito a redistribuição da relatoria do Projeto de Lei nº 731/2023 para o deputado Carlos Pimenta, ocorrida na 1ª Reunião Ordinária desta comissão, em 14/4/2026. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.085/2023 e 3.788/2025 são retirados da pauta por determinação do presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 731/2023 na forma do vencido em 1º turno, rejeitando-se a Proposta de Emenda nº 1 (relator: deputado Oscar Teixeira); e 4.492/2025 (relator: deputado Antonio Carlos Arantes, em virtude de redistribuição); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.945/2021 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição); 3.577/2025 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Oscar Teixeira); 3.579/2025 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Oscar Teixeira); e 4.027/2025 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antonio Carlos Arantes, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.003/2023 e 2.896/2024 (relator: deputado Leonídio Bouças), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.533 e 17.547/2026. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.399/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.928/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Anel Rodoviário de Belo Horizonte e o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte;

nº 21.615/2026, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja realizada audiência pública para debater as fraudes digitais e os impactos econômicos de transações fraudulentas em instituições bancárias;

nº 21.649/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o papel estratégico da cadeia produtiva de agregados para a construção civil e do concreto usinado e do aço na geração de empregos e no avanço da infraestrutura urbana, logística e viária, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental no Estado;

nº 21.738/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para que apurem o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 20 da Lei nº 15.424, de 30/12/2004, e nos incisos I e II do art. 290-A da Lei Federal nº 6.015, de 31/12/1973, pelos cartórios de registro de imóveis das Comarcas de João Pinheiro, Bonfinópolis de Minas e Riachinho do Uruguai;

nº 21.739/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 20 da Lei nº 15.424, de 30/12/2004, e nos incisos I e II do art. 290-A da Lei Federal nº

6.015, de 31/12/1973, pelos cartórios de registro de imóveis das Comarcas de João Pinheiro, Bonfinópolis de Minas e Riachinho do Uruguai;

nº 21.774/2026, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Leonídio Bouças e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, no Município de Jaíba, para debater os impactos da proposta de concessão das Etapas III e IV do Projeto Jaíba, conduzida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;

nº 21.879/2026, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Nova Serrana, para debater a situação do setor calçadista e os impactos econômicos e sociais relacionados à atividade;

nº 21.881/2026, do deputado Oscar Teixeira, em que requer sejam informados aos secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico, de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, de Casa Civil, de Fazenda, de Governo e de Comunicação Social os temas que menciona, definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/5/2025 a 30/4/2026.

São aprovados os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2026 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Rafael Martins, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/6/2026

Às 16h7min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências publicadas no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 22/1/2026, um ofício em 30/4/2026, quatro ofícios em 6/5/2026, três ofícios em 20/5/2026 e cinco ofícios em 17/6/2026); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 20/5/2026); e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/5/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2, do Projeto de Lei nº 5.337/2026, no 1º Turno (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.283/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona, da Diretoria de Material Bélico da Polícia Civil, pelo excepcional compromisso institucional, pela excelência na gestão do ciclo logístico de armamentos e pela destacada atuação na modernização do acervo bélico do Estado;

nº 22.291/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 3º-Sgt. PM Leonardo Tardioli pelo ato de bravura demonstrado ao salvar uma criança de 2 anos que se encontrava presa em um imóvel durante um incêndio, ocorrido em Poços de Caldas;

nº 22.292/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência de estudos, tratativas ou previsão de regulamentação da Lei nº 16.301, de 2006, com as alterações promovidas pela Lei nº 25.165, de 2025, especialmente quanto à obrigatoriedade do uso de equipamentos para contenção de cães das raças *pit bull*, *dobermann*, *rottweiler* e fila brasileiro e de outros cães de porte físico, força e comportamento semelhantes, bem como quanto às medidas destinadas a assegurar o cumprimento efetivo da norma em todo o Estado;

nº 22.298/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a alteração do art. 52 do Decreto nº 46.298, de 2013, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de suprimir o limite máximo para o cômputo de recompensas pontuáveis para fins de promoção por merecimento;

nº 22.304/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para a adoção de medidas destinadas a evitar prejuízos aos militares que concluíram o Curso Especial de Formação de Sargentos em 2025, em razão da antecipação da formatura da turma atualmente em curso e dos reflexos dessa alteração nos processos de movimentação da corporação;

nº 22.324/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para solucionar a situação dos cabos e soldados que aguardam, há longo período, na fila do Sistema de Movimentação para transferência entre unidades e regiões da corporação;

nº 22.334/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil e ao governador do Estado pedido de providências para destinação de viatura nova, descaracterizada, à delegacia da Polícia Civil em Mesquita, para o atendimento de suas demandas operacionais;

nº 22.335/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas e as tratativas realizadas junto ao governo do Estado visando à extensão do auxílio-vestimenta aos servidores administrativos do instituto;

nº 22.336/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Polícia Civil pedido de providências para a efetivação do pagamento dos valores retroativos devidos ao servidor Fernando Nunes Cordeiro Tupynambá (Masp nº 340.448-0), investigador de polícia;

nº 22.337/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para análise da situação funcional do policial penal Jossy Francisco Xavier (Matrícula nº 14509780), atualmente lotado no Presídio de Ubá, com vistas à apreciação de seu pedido de remoção para unidade prisional localizada no Município de Juiz de Fora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Christiano Xavier – Bruno Engler.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/6/2026

Às 16h12min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência

informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (um ofício em 6/5/2026, um ofício em 12/6/2026 e um ofício em 17/6/2026); e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (um ofício em 1º/5/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.896 e 4.705/2025 (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.031/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte, após redistribuição) e 4.826/2025 (relator: deputado Professor Cleiton), na forma do vencido em 1º turno; pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 758/2023 (relator: deputado Leleco Pimentel, após redistribuição), 3.236/2025 e 5.471/2026 (relator: deputado Professor Cleiton, após redistribuição), 5.093 e 5.391/2026 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Mauro Tramonte, após redistribuição); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.478/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Professor Cleiton); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.522/2025 e 5.399/2026 (relator: deputado Professor Cleiton, após redistribuição), 4.709/2025 e 5.462/2026 (relator: deputado Leleco Pimentel, após redistribuição) e 5.092/2026 (relator: deputado Mauro Tramonte, após redistribuição). Retira-se de pauta o Projeto de Lei nº 5.764/2026 por se tratar de matéria apreciada em reunião anterior. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.052/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.153/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Gulliver Editora Ltda. pelos 15 anos de sua fundação;

nº 22.201/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura de São João das Missões e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.202/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura de Varzelândia e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.203/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura de Verdelândia e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.205/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.206/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Turismo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a implementação de ações de valorização e difusão da atividade de

trancista e dos saberes associados à arte das tranças afro, bem como para a realização de eventos de visibilidade e valorização dessa atividade, construídos com a participação de trancistas e de seus coletivos representativos;

nº 22.207/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de providências para a realização de estudos técnicos e de mapeamento participativo dos saberes e das práticas relacionados à arte das tranças afro no Estado, bem como para a avaliação de medidas de identificação, documentação, valorização e salvaguarda cultural desses saberes tradicionais, com a participação de trancistas e das comunidades envolvidas;

nº 22.210/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Manga e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.212/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Janaúria e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.213/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para o fortalecimento da efetividade territorial das políticas públicas de fomento à cultura nos municípios com menor capacidade institucional, menor acesso às políticas públicas de fomento cultural ou menor participação nos mecanismos de financiamento à cultura, especialmente aqueles situados em regiões periféricas, áreas rurais ou territórios com maior presença de povos e comunidades tradicionais, com a adoção das medidas que especifica; e seja encaminhado ao titular da referida secretaria pedido de informações sobre as medidas destinadas ao fortalecimento da efetividade territorial dessas políticas, com os esclarecimentos que menciona;

nº 22.214/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura de Janaúba e ao Conselho Municipal de Cultura desse município pedido de providências para ampliação da transparência, da publicidade efetiva, da acessibilidade e da participação social nas ações relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.221/2026, da deputada Leninha e outros em que requerem seja realizada audiência pública para debater a implementação da Fototeca Estadual de Minas Gerais, instituída pela Lei nº 25.641, de 2025, e os desdobramentos da política pública de preservação da memória visual fotográfica no Estado;

nº 22.222/2026, dos deputados Cristiano Silveira e Luizinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma tributária sobre os mecanismos de incentivo e fomento indireto à cultura e ao esporte atualmente financiados por meio da destinação de parcelas do ICMS e do ISS e os objetivos e efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2026, que pretende autorizar a concessão de créditos do Imposto sobre Bens e Serviços para doadores e patrocinadores de projetos culturais e esportivos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2026.

Andréia de Jesus, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/6/2026

Às 10h1min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro e os deputados Arlen Santiago e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2024 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Arlen Santiago); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.398/2026 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 21.886, 21.891 a 21.893, 21.936, 21.956, 21.985, 22.044 a 22.046, 22.157 e 22.196/2026. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 22.359/2026, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação da rede de urgência e emergência no Município de Manhuaçu e região; e

nº 22.361/2026, da deputada Carol Caram, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sildélia de Souza Guarda, fundadora da Associação dos Voluntários Vida Viva, pelo relevante trabalho social desenvolvido em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente pessoas em tratamento contra o câncer e seus familiares, no Município de Boa Esperança e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Lucas Lasmar, presidente – Antonio Carlos Arantes – Delegado Christiano Xavier.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/6/2026

Às 14h10min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade e Betão (substituindo o deputado Ricardo Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.614/2025, no 1º turno, do qual designa como relator o deputado Roberto Andrade. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.532/2021 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade); pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.299/2023 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: deputado Roberto Andrade), e 4.614/2025 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade). O Projeto de Lei nº 5.307/2026 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são

aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.732 e 4.758/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.381/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as iniciativas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social junto aos conselhos tutelares com relação à reestruturação tecnológica e outras ações realizadas no âmbito do programa Capacita Minas – Primeira Infância;

nº 22.382/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adesão do Estado ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo Decreto Federal nº 11.640, de 16/8/2023, e o plano de ações nele previsto;

nº 22.383/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas de todas as audiências públicas realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que debateram o tema da violência política de gênero nesta legislatura;

nº 22.384/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações e metas do plano estadual previsto no Decreto Federal nº 11.640, de 16/8/2023, que institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, destinadas ao enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como sobre a estrutura, o funcionamento e as ações desenvolvidas pela Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e pela Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, de que trata a Lei Federal nº 14.899, de 17/6/2024;

nº 22.385/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que determine à direção do Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora, a interrupção da prática de remanejamento compulsório de profissionais de enfermagem das alas assistenciais para o centro de terapia intensiva;

nº 22.386/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que promova auditoria da alocação de recursos humanos no Hospital Regional Dr. João Penido – HRJP –, em Juiz de Fora, especialmente quanto aos técnicos de enfermagem transferidos da unidade hospitalar de Barbacena para o HRJP e aos profissionais admitidos por meio de contrato por tempo determinado; e seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações consubstanciadas em relatório que discrimine a lotação e a escala dos técnicos de enfermagem transferidos da unidade hospitalar de Barbacena para o HRJP, bem como em relação nominal e indicação do local de atuação dos profissionais admitidos nesse hospital por contrato por tempo determinado para suprir faltas, licenças e afastamentos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/6/2026

Às 10h15min, comparece à reunião o deputado Raul Belém, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Carlos Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater sobre a assistência técnica e extensão rural pública e gratuita no

Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Eliane Cristina Barbosa Cardoso, diretora-executiva da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari e Região Ltda. – Coocacer –, representando o presidente da Coocacer; e dos Srs. Sérgio Glicério Martins, gerente da Unidade Regional de Patos de Minas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG; Diego César Veloso Rezende, gerente da Unidade Regional de Uberaba da Emater-MG; Gilberto Carlos de Freitas, gerente da Unidade Regional de Uberlândia da Emater-MG; Malk Mauad Ydy, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Araguari; Fernando José Sacoman, presidente da Associação dos Cafeicultores de Araguari; Leandro de Souza Carvalho, prefeito municipal de Limeira do Oeste; Vítório Alves de Freitas, gerente de Consultoria e Projetos da Emater-MG, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Paulo Sérgio Oliveira do Vale, vereador da Câmara Municipal de Araguari, representando o presidente da Câmara Municipal; José dos Reis Pereira, diretor sindical da Base Alto Paranaíba do Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Sinter-MG –, representando a diretora-geral do Sinter-MG. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Raul Belém, presidente – Dr. Maurício – Coronel Henrique.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/6/2026

Às 14h13min, comparece à reunião o deputado Charles Santos (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BAM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Charles Santos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância social, preventiva e comunitária do grupo Força Jovem Universal no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Letícia Freitas Viana Moraes, coordenadora do Projeto de Mídia da Força Jovem Universal; e dos Srs. Isaque Uriel Costa Alves, auxiliar do Projeto de Esportes da Força Jovem Universal, representando o coordenador desse projeto; Claudiney Aparecido da Rocha Lelis, coordenador do Projeto de Cultura da Força Jovem Universal; Lucas Barbosa de Oliveira, coordenador do Projeto de Universitários da Força Jovem Universal; José Uilamy Teixeira de Moura, coordenador do Projeto Help da Força Jovem Universal; e Athon Luis Silva, coordenador da Força Jovem Universal no Estado de Minas Gerais. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Coronel Henrique, presidente – Bosco – Professor Wendel Mesquita.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/6/2026

Às 9h7min, comparecem à reunião a deputada Macaé Evaristo e os deputados Zé Guilherme, Antônio Carlos Arantes, Ulysses Gomes, João Magalhães e Roberto Andrade (substituindo o deputado Enes Cândido, por indicação da liderança do BAM),

membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Bella Gonçalves e o deputado Adriano Alvarenga. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Constatada a ausência de quórum, a presidência encerra a reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Zé Guilherme, presidente – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Leleco Pimentel.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/6/2026

Às 14h4min, comparecem à reunião os deputados, Zé Laviola, Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BAM) e Dalmo Ribeiro (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Os trabalhos são reabertos com a presença dos deputados Carlos Henrique, Zé Laviola e Zé Guilherme (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BMF), registrando-se a saída dos deputados Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro. O presidente, deputado Carlos Henrique, passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 85/2025 e 125/2026, do Projeto de Lei Complementar nº 102/2026, dos Projetos de Lei nºs 4.431/2017, 2.681/2021, 850, 948, 1.117 e 1.508/2023, 2.504 e 2.991/2024, 3.301, 3.404, 3.780, 4.031, 4.330, 4.376, 4.531, 4.604 e 4.751/2025 (relator: deputado Carlos Henrique) e do Projeto de Lei nº 3.749/2025 (relator: deputado Zé Laviola). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.540/2026. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

João Magalhães, presidente – Zé Laviola – Noraldino Júnior.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2026

Às 15h20min, comparecem à reunião as deputadas Delegada Sheila, Lohanna e Nayara Rocha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente *ad hoc*, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa e que a reunião se destina a eleger a presidente e a vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas da deputada Lohanna para presidente e da deputada Delegada Sheila para vice-presidente. Submetidas as candidaturas à votação, cada uma por sua vez, são eleitas por unanimidade a deputada Lohanna para presidente e a deputada Delegada Sheila para vice-presidente. A presidente *ad hoc* declara empossada a presidenta eleita, para quem passa a direção dos trabalhos. A presidenta eleita empossa a vice-presidente eleita. É designada relatora a deputada Nayara Rocha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença das parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Lohanna, presidenta – Nayara Rocha, relatora – Ana Paula Siqueira.

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2026**

Às 15h39min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Lohanna e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Comitê Gestor Pró-Brumadinho (15 ofícios em 2/4/2026); da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (um ofício em 26/11/2025 e um ofício em 2/4/2026); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 30/10/2025, três ofícios em 9/1/2026, um ofício em 20/3/2026, um ofício em 16/4/2026, dois ofícios em 23/4/2026 e um ofício em 10/6/2026); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 27/3/2026, cinco ofícios em 16/4/2026 e um ofício em 23/4/2026); da Procuradoria da República no Município de Sete Lagoas (um ofício em 13/3/2026); do Ministério Público Federal (um ofício em 10/4/2026, dois ofícios em 16/4/2026 e um ofício em 6/5/2026); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (dois ofícios em 9/1/2026, um ofício em 12/3/2026, um ofício em 20/3/2026, um ofício em 1º/5/2026 e um ofício em 29/5/2026); do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (um ofício em 9/1/2026, um ofício em 2/4/2026 e um ofício em 15/4/2026); do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 6/2/2026, um ofício em 19/3/2026, um ofício em 16/4/2026, dois ofícios em 23/4/2026 e três ofícios em 4/6/2026); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 12/2/2026 e um ofício em 21/5/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (dois ofícios em 14/5/2026); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 8/5/2026); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 19/3/2026, dois ofícios em 27/3/2026, um ofício em 16/4/2026, um ofício em 6/5/2026, um ofício em 10/6/2026 e um ofício em 17/6/2026); do Conselho Nacional do Ministério Público (dois ofícios em 4/3/2026); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 27/2/2026 e um ofício em 21/5/2026); do Ministério da Educação (dois ofícios em 12/2/2026); do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (um ofício em 24/4/2026); do Tribunal de Contas de Minas Gerais (um ofício em 26/3/2026 e um ofício em 16/4/2026); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (um ofício em 12/2/2026 e um ofício em 29/5/2026); da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (um ofício em 9/4/2026); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (dois ofícios em 30/1/2026, um ofício em 26/2/2026 e um ofício em 17/4/2026); do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (um ofício em 12/3/2026); do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (um ofício em 26/2/2026); da Prefeitura Municipal de Betim (um ofício em 12/2/2026); do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário (um ofício em 12/2/2026 e um ofício em 26/3/2026); do Ministério Público Federal (um ofício em 10/4/2026 e um ofício em 6/5/2026); da Procuradoria Regional da República da 6ª Região (um ofício em 3/6/2026); da Procuradoria da República em Minas Gerais (um ofício em 30/4/2026 e um ofício em 12/6/2026); da Cetus Construtora (um ofício em 9/4/2026); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 27/03/2026); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 23/4/2026 e um ofício em 3/6/2026); do Ministério das Relações Exteriores (um ofício em 30/4/2026); da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves (um ofício em 29/5/2026); da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (um ofício em 14/5/2026); do Gabinete Militar do Governador do Estado (um ofício em 19/6/2026); da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (um ofício em 18/6/2026); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária

e Abastecimento (um ofício em 3/6/2026); e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (um ofício em 21/5/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 761/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Betão); 3.797/2025 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Andréia de Jesus); 3.464/2025 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública (relatora: deputada Bella Gonçalves), e 4.859/2025 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Bella Gonçalves). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 18.350 a 18.354 e 18.443/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.628/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com as entidades e os coletivos que atuaram no âmbito do projeto contemplado pelo edital Periferia sem Fake;

nº 22.641/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com as entidades e os coletivos que menciona, pela relevante atuação no âmbito do projeto contemplado pelo edital Periferia sem Fake.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2026.

Bella Gonçalves, presidente – Andreia de Jesus – Betão.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2026

Às 16h12min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (um ofício em 18/6/2026); do Ministério da Agricultura e Pecuária (um ofício em 20/5/2026); e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (um ofício em 18/6/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São aprovados requerimentos da deputada Lohanna para que seja apreciado em segundo lugar o Projeto de Lei nº 5.764/2026 e em terceiro lugar o Projeto de Lei nº 3.587/2025. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.458/2026 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.764/2026 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relatora: deputada Lohanna); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Lohanna). Suspende-se a reunião. Verificado o decurso do prazo regimental sem a retomada dos trabalhos, encerra-se a reunião.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Professor Cleiton, presidente – Leleco Pimentel – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2026

Às 16h5min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos como espaço de formação educacional, construção da cidadania e promoção de valores democráticos, bem como proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a instituição pelos 40 anos de sua fundação. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Ângela Grossi Pereira da Silva, vice-diretora da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; Gabriela Lessa Pimenta, aluna da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; Josiane Killesse Figueiredo, professora da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; e Simone Cristina dos Santos Alves, funcionária e primeira aluna da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; e os Srs. Carlos Alberto Alves, diretor da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; Danilo Rodrigues da Silveira, aluno da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos; e Jorge Carlos de Figueiredo, ex-diretor da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, é realizada a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a instituição pelos 40 anos de sua fundação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/7/2026

Às 10h12min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os impactos socioambientais do projeto de instalação de centro de processamento de dados (*data center*), no Município de Uberlândia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Amanda Thaylassa Gondim Ferreira, vereadora da Câmara Municipal de Uberlândia; e Esther Maria Passos Simões Fróes Guimarães, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração; e dos Srs. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Lyssandro Norton Siqueira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Wallace Alves de Oliveira Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais. Estão presentes também, por videoconferência, as Sras. Cynthia Picolo, diretora-presidente do Laboratório de Políticas Públicas e Internet; Kátia Gisele de Oliveira Pereira, professora da Universidade Federal de Uberlândia e secretária-executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba; e os Srs. Marcos Antenor de Souza Moraes, tecnologista e pesquisador, especialista em inteligência artificial; e Sylvio Luiz Andreozzi, presidente do Conselho da Bacia Hidrográfica do Araguari. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas

taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Bella Gonçalves, presidenta.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/7/2026

Às 15h30min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com Daniela Gonçalves Joaquim pela publicação da obra *Assédio moral e invisibilidade: gestão de riscos do trabalho sujo das auxiliares de serviço da educação básica de Minas Gerais*, bem como debater o importante tema abordado nessa obra. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Ana Lucia Moreira, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Daniela Gonçalves Joaquim, professora da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena; Geralda Viana da Silva, auxiliar de serviços da educação básica da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena; Neuzete Fátima de Lima, diretora do Sind-UTE-MG; Norma Soeli de Melo, auxiliar de serviços da educação básica; e Sandra Gomes Vieira Ferreira, auxiliar de serviços da educação básica do Centro Estadual de Educação Continuada; e o Sr. Jefferson Rodrigues Pereira, professor do Programa de Mestrado em Administração do Centro Universitário Unihorizontes. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, a presidência procede à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a homenageada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Leleco Pimentel – Ione Pinheiro.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/7/2026

Às 16h5min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cassio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as coordenadas previstas no Projeto de Lei nº 3.334/2025, de autoria do governador do Estado, que tem como objetivo reduzir a área do Parque Cercadinho, e os possíveis impactos desse projeto nos mananciais do Rio das Velhas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Neide Maria Pacheco, coordenadora-geral do Subcomitê Ribeirão Arrudas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Fernanda Aparecida Mendes e Silva Garcia Assumpção, advogada; Carla Magna, representante do Movimento Cercadinho; Magali Ferraz Trindade, presidente da Associação Comunitária do Bairro Planalto e Adjacências e do Movimento Salve a Mata do Planalto; Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais; Lorhany Ramos de Almeida, titular da Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais; e Cláudia Pires, doutora em arquitetura e

urbanismo e autora da nota técnica do Parque Linear; e dos Srs. Ubirajara Tadeu Malaquias Baía, engenheiro civil e mestre em engenharia de transportes; Arthur de Araújo Souza e Soares, procurador-geral da Prefeitura de Nova Lima, representando o prefeito municipal; Gabriel Oliveira Coutinho Santos Soares, secretário municipal de Meio Ambiente de Nova Lima; Felipe Correia de Souza Pereira Gomes, engenheiro ambiental e mestre em sustentabilidade; Carlos Eduardo Gramiscelli de Tolentino, economista; Marcus Vinícius Polignano, coordenador do Projeto Manuelzão; Ronaldo José Ferreira Magalhães, supervisor da Unidade Regional Metropolitana do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, representando a diretora-geral do IEF; e Wallace Alves de Oliveira Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 10h12min, comparece à reunião o deputado Charles Santos (substituindo a deputada Maria Clara Marra, por indicação da liderança do BAM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Charles Santos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a efetividade da política de acessibilidade educacional e cultural voltada às pessoas com deficiência visual, especialmente a entrega, disponibilização e distribuição de livros em braile e dos demais materiais acessíveis para estudantes da rede estadual pública de ensino. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Márcia Josiane Resende Lima, coordenadora de Educação Especial Inclusiva da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; Aline de Castro Santos, cientista, especialista em políticas públicas e fundadora do projeto educacional Mais que Rampa; Maria do Parto Mendes Rosas, deputada federal; Janaína Barcelos de Moraes, ativista social e fundadora do Instituto Holofotes; e Julia Drumond Campos e Silva, diretora da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais; e do Sr. Doron Sadka, CEO da Empresa OrCam Technologies. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2026.

Maria Clara Marra, presidente – Cristiano Silveira – Professor Wendel Mesquita.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 10h41min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a proceder, em audiência pública, à entrega do diploma relativo ao voto de congratulações com o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável pelos 25 anos de sua fundação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra

a presença das Sras. Neli de Souza Silva Medeiros, secretária do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e coordenadora estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Maria Cristina Bove Roletti, coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua; Alice Libânia Santana Dias, superintendente de Resíduos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Priscila Braga, representante da População LGBT do Movimento Nacional da População de Rua; Maria das Graças Marçal, presidente da Rede Catunidos; Patrícia do Carmo Batista Braga, vereadora da Câmara Municipal de Pequi; Jacqueline Elizabeth Rutkowski, diretora do Instituto Sustentar e membro do Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária; Marilei Aparecida Alves, representante da Mesa Coordenadora da Rede de Atingidos da Região 3 – Bacia do Rio Paraopeba; Milane da Silva Santos e Jecimar de Jesus Pinheiro, representantes da Aldeia Katurâma; e Maria D’Ajuda Santos Martins, professora da Aldeia Katurâma; e dos Srs. Juliano Barbosa Cunha, vereador da Câmara Municipal de Fortuna de Minas; Luciano Marcos Pereira da Silva, diretor-presidente do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável; Eliabe Almeida Santos, representante da Aldeia Naô Xohã-Arakuã; Samuel Rodrigues, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Abdalah Nacif Neto, representante da Coordenação da Rede de Atingidos da 3 Região; e Luiz Henrique da Silva, presidente da Unicatadores e coordenador do Movimento Nacional dos Catadores. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam uso da palavra, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, a presidenta faz a entrega do diploma relativo ao voto de congratulações com o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

João Magalhães, presidente – Bella Gonçalves – Gil Pereira.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 14h11min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação de violência psicológica e assédio moral sofridos por servidoras públicas no Município de Carmo da Cachoeira. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria Municipal de Saúde (um ofício em 28/5/2026); e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (um ofício em 30/4/2026). A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.172/2025, no 2º turno, do qual avoca para si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Vanessa Cristina Zacarias Florêncio, dirigente municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira; Laíssa Aparecida Reis do Nascimento, auxiliar administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo da Cachoeira; Rosemara de Fátima Cirino, ouvidora-geral da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira; e dos Srs. Gabriel Quintão Nunes, secretário municipal de Saúde de Carmo da Cachoeira; Francisco Cláudio Ferreira Chagas, vice-prefeito municipal de Carmo da Cachoeira; Lucas Henrique de Jesus, assessor de Coordenação de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus – Ricardo Campos.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 15h5min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Professor Wendel Mesquita e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Clara Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pará de Minas (um ofício em 10/6/2026); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 28/5/2026); da Universidade Federal de Minas Gerais (um ofício em 2/7/2026); e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (três ofícios em 17/6/2026). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.399/2020, no 1º turno (Cristiano Silveira); Projeto de Lei nº 5.032/2026, no 1º turno (Elismar Prado); Projetos de Lei nºs 2.196/2024, no 2º turno, e 5.696/2026, em turno único (Grego da Fundação); Projeto de Lei nº 4.820/2025, no 2º turno (Maria Clara Marra); e Projeto de Lei nº 2.863/2024, no 2º turno (Professor Wendel Mesquita). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.820/2025 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Cristiano Silveira, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 473/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição) e 2.196/2024 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Wendel Mesquita, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.375/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição) e 4.621/2025 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: deputado Professor Wendel Mesquita, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 18.481 e 18.482/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.469/2026, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Unai pedido de informações sobre a alteração legislativa municipal do atendimento educacional especializado, com os esclarecimentos que especifica;

nº 22.755/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da política de acessibilidade educacional destinada aos estudantes com deficiência visual matriculados na rede estadual de ensino, com os esclarecimentos que especifica;

nº 22.756/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a entrega dos livros em Braille destinados aos estudantes cegos e com baixa visão matriculados na rede estadual de ensino e para a adoção de medidas de planejamento, gestão e acompanhamento que assegurem a entrega tempestiva desses livros nos próximos anos letivos;

nº 22.757/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que institua protocolo de monitoramento da entrega de materiais acessíveis, com divulgação periódica de indicadores de produção, distribuição e entrega, assegurando transparência e controle social;

nº 22.758/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao ministro de Educação e à presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pedido de informações sobre o cronograma nacional de produção dos livros em Braille e dos repasses destinados ao Estado, bem como sobre os procedimentos adotados para garantir a entrega tempestiva desses livros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Cristiano Silveira – Elismar Prado.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 16h11min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Leninha. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o jornalista e escritor Mauro Guimarães Werkema, em razão de sua importância para a cultura do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.576/2024 e 4.564/2025 (relator: deputado Leleco Pimentel), 3.690, 4.077, 4.579, 4.775, 5.004 e 5.471/2025 (relator: deputado Professor Cleiton) e 4.741 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, do Projeto de Lei nº 4.451/2025 (relator: deputado Leleco Pimentel, após redistribuição); pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.768/2025 (relator: deputado Leleco Pimentel, após redistribuição); e pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, dos Projetos de Lei nºs 4.932/2025 e 5.417/2026 (relator: deputado Professor Cleiton). O Projeto de Lei nº 4.949/2025 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.673/2025 e 5.134/2026 (relatora: deputada Lohanna) e 4.923/2025 (relator: deputado Oscar Teixeira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 18.289, 18.296, 18.415 e 18.441/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.388/2026, da deputada Carol Caram, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Academia Cordisburguense de Letras Guimarães Rosa pelos 80 anos de publicação da obra *Sagarana* e pelos 70 anos de publicação da obra *Corpo de baile*, de João Guimarães Rosa;

nº 22.389/2026, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 13/2026, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a concessão de créditos do Imposto sobre Bens e Serviços por meio de fomento indireto a doadores e patrocinadores de projetos culturais e esportivos;

nº 22.398/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com Santa Ferreira dos Reis, conhecida como Dona Santa, por seus 96 anos de vida e por sua contribuição espiritual e social como benzedeira;

nº 22.619/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com os representantes da moda mineira classificados na categoria Raízes da Moda do certame regido pelo Edital de Premiação Cultural nº 2/2026 – Premiação de Trajetórias, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;

nº 22.636/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Banda Euterpe Itabirana pela histórica contribuição, ao longo de mais de cento e sessenta anos, para a preservação e o fortalecimento da tradição e da cultura musical do Município de Itabira e do Estado;

nº 22.637/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Banda Euterpe Itabirana pela histórica contribuição, ao longo de mais de cento e sessenta anos, para a preservação e o fortalecimento da tradição e da cultura musical do Município de Itabira e do Estado;

nº 22.639/2026, do deputado Dalmo Ribeiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ernani Alves de Melo (Bulu) e Hélcio de Oliveira (Penashow) pela valorização e divulgação da cultura popular do Estado, representando com excelência as cidades de Arcos e Pains no quadro Lata Velha, do programa *Domíngão com Huck*;

nº 22.734/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com os autores da obra *EnvelheSer* pela contribuição cultural e social proporcionada pelo livro, que promove reflexões sobre maturidade, envelhecimento, relações humanas, saúde emocional e novos começos;

nº 22.778/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, ao secretário-geral do Estado, ao secretário de Estado de Cultura e Turismo, à chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações consubstanciadas nos inventários de retirada de acervos dos Palácios das Mangabeiras e da Liberdade, com indicação das datas de movimentação do patrimônio;

nº 22.779/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, ao secretário-geral do Estado, ao secretário de Estado de Cultura e Turismo, à chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado, à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações consubstanciadas em documento contendo inventário completo do acervo dos Palácios das Mangabeiras e da Liberdade, referente a janeiro de 2019, e em cópia do caderno da D. Conceição Piló, contendo todo o catálogo dos referidos palácios.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Cláudia de Lanna Malta, diretora artística da Fundação Clóvis Salgado – FCS; Madalena Maria Diniz Bastos, vice-presidente da Comissão Mineira de Folclore; e Alessandra Mello, diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, representando a presidenta; e dos Srs. Maurício Sirihal Werkema, filho do homenageado; Yuri Mello Mesquita, presidente da FCS, representando o secretário estadual de Cultura e Turismo; e Pedro Paulo Cava, diretor do Teatro da Cidade. A presidência concede a palavra à deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Por fim, a presidência procede à entrega do diploma referente ao voto de congratulações aos representantes do homenageado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2026

Às 16h8min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da instalação de praças de pedágios na BR-116, entre os Municípios de Catuji, Itaobim e Medina. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença dos Srs. Márcio Pereira Silva, vereador da Câmara Municipal de Medina; e Hélio Lima Chaves Filho, técnico de informática. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Ricardo Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Marquinho Lemos.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/7/2026

Às 9h13min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Educação (quinze ofícios em 2/7/2026 e dois ofícios em 3/7/2026). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.500/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Divinópolis, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.501/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Divinópolis pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.502/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Mariana, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.503/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Mariana pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.504/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, nas redes municipais de ensino de Ponte Nova, Dom Silvério, Santo Antônio do Gama, Urucânia e Oratórios, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.505/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Urucânia pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.506/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Oratórios pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.507/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.508/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Dom Silvério pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.509/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ponte Nova pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.510/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos profissionais da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.511/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Poços de Caldas, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.512/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater o cumprimento, pelas redes municipais de ensino dos municípios da Região Norte de Minas, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que reconheceu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.513/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a adoção das medidas administrativas necessárias à reversão dos descontos efetuados nos vencimentos dos trabalhadores da rede municipal de ensino que aderiram à greve em 2026, em observância ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 693.456 (Tema 531 da Repercussão Geral);

nº 22.515/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do fim da paridade remuneratória entre servidores ativos e aposentados, especialmente para os profissionais da educação básica;

nº 22.516/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Câmara Municipal de Belo Horizonte na instalação da comissão parlamentar de inquérito para investigar possíveis irregularidades na celebração e execução de contratos na área da educação firmados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nos últimos anos;

nº 22.517/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer que sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado as Notas Taquigráficas da 41ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 15/7/2026, com a finalidade debater o cumprimento, pelas redes municipais de ensino do Estado, da Lei Federal nº 15.326, de 2026, que reconheceu os professores da educação infantil como profissionais do magistério;

nº 22.518/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a superintendente regional de Ensino de Montes Claros, Maria Levimar Viana Tupinambá, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proibição da abertura de matrículas para a educação de jovens e adultos nas escolas estaduais do referido município;

nº 22.598/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Ribeirão das Neves, do disposto na Lei Federal nº 15.326, de 2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.599/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves pedido de providências para promover o imediato enquadramento das educadoras e dos educadores infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.600/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja revista a decisão que impediu a abertura de turmas da educação de jovens e adultos na Escola Estadual Deputado Simão da Cunha, localizada no Município de Contagem, assegurando a manutenção e ampliação da oferta dessa modalidade de ensino;

nº 22.601/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para reavaliação da decisão que não autorizou a abertura de nova turma do 1º período da educação de jovens e adultos na Escola Estadual João Felipe da Rocha, no Município de Nova Lima, assegurando-se a manutenção e ampliação da oferta da modalidade na escola, com autorização para abertura de novas turmas no segundo semestre de 2026;

nº 22.602/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja assegurada a manutenção da oferta da educação de jovens e adultos na Escola Estadual Erotildes Hubner Borges, localizada no Distrito de Ocidente, no Município de Mutum, com autorização para abertura de novas turmas da modalidade no segundo semestre de 2026;

nº 22.603/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja emitida orientação formal às superintendências regionais de ensino e às escolas estaduais acerca da possibilidade de flexibilização do cumprimento do módulo II pelos professores da educação básica;

nº 22.605/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao ministro da Educação pedido de informações sobre a situação dos docentes que, embora elegíveis, não recebem o pagamento do Programa Mais Professores – Valorização, com os esclarecimentos que menciona;

nº 22.606/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Major Delfino de Paula Ricardo, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de funcionamento da unidade, especialmente quanto à inclusão, à acessibilidade pedagógica, à segurança e às condições de infraestrutura;

nº 22.607/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para garantir a estruturação da Escola Estadual Major Delfino de Paula Ricardo, no Município de Belo Horizonte, com vistas à promoção do atendimento adequado e da efetiva inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista, mediante a implementação das medidas que especifica;

nº 22.609/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Ouro Branco, do disposto na Lei Federal nº 15.326, de 2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.615/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso pedido de providências para promover o imediato enquadramento das educadoras e dos educadores infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.616/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ouro Branco pedido de providências para promover o enquadramento dos educadores infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.623/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Marina Tavares do Nascimento referente a aposentadoria;

nº 22.624/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Washington Gomes Gonçalves referente à perícia admissional do concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025;

nº 22.625/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Tânia Cristina dos Reis referente a publicação de licenças para tratamento de saúde;

nº 22.626/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Irazilda Maria Ferreira Baltazar referente a contagem de tempo;

nº 22.627/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Graciely Dias Correia referente a questionamentos sobre o cargo de analista de educação básica – assistente social do Núcleo de Atendimento Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Janaúba;

nº 22.672/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Júlio César Soares Maciel referente a dificuldades na emissão da Carteira Nacional Docente do Brasil;

nº 22.673/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ubaporanga pedido de providências para promover o imediato enquadramento das monitoras infantis desse município no piso nacional do magistério, nos termos da Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.674/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Guaraciama, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.675/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Guimarães Rosa, no Município de Lontra, para que sejam verificados os investimentos realizados em infraestrutura;

nº 22.684/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Eleuza Brito Sousa referente a contagem de tempo;

nº 22.685/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Raimundo Jesus de Souza referente a dificuldades na emissão da Carteira Nacional Docente do Brasil;

nº 22.686/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Ana Rita Assis de Resende referente a férias-prêmio;

nº 22.687/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Rodrigo de Almeida Jorge referente a dificuldades na emissão da Carteira Nacional Docente do Brasil;

nº 22.688/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Nilza Maria da Silva Soares referente a problemas com os dados do eSocial e histórico funcional;

nº 22.689/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Júlio César Moraes referente a descontos em folha;

nº 22.690/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Priscila Braga Teles referente a designação;

nº 22.695/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Sant'Ana, no Município de Brasília de Minas, pela relevante participação na Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras, em 2026;

nº 22.699/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Educação e à Polícia Militar pedido de providências para a imediata suspensão dos processos de transformação de escolas estaduais em unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, até que sejam divulgados os diagnósticos e estudos técnicos definitivos que justificam tais medidas e garantida a participação das comunidades escolares envolvidas por meio de consulta prévia e ampla;

nº 22.701/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Coronel Juca Pinto, no Município de Belo Horizonte, para ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos da transformação da escola em uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar;

nº 22.702/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual João Paulo I, no Município de Betim, para ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos da transformação da escola em uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar;

nº 22.703/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Reparata Dias de Oliveira, no Município de Lagoa Santa, para ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos da transformação da escola em uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar;

nº 22.704/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Nossa Senhora das Neves, no Município de Ribeirão das Neves, para ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos da transformação da escola em uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar;

nº 22.705/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Formiga pedido de providências para promover o imediato enquadramento das assistentes de educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.706/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Prefeitura Municipal de Carangola pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos monitores infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.707/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Prefeitura Municipal de São Lourenço pedido de providências para promover o imediato enquadramento das auxiliares de creche no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.708/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Dom Silvério pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos monitores infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.710/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Varzelândia pedido de providências para promover o imediato enquadramento das monitoras da educação infantil no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026;

nº 22.711/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de São Sebastião do Paraíso, para debater o cumprimento, na rede de educação desse município, da Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu educadores infantis como profissionais do magistério;

nº 22.722/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados, com a presença da superintendente regional de Ensino da Superintendência Regional de Ensino – Metropolitana B, Branca de Lourdes Peixoto Franco Castro, para que preste esclarecimentos sobre as medidas tomadas no caso de injúria racial vivenciada por um estudante da Escola Estadual Maurício Murgel, em Belo Horizonte;

nº 22.723/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que promova a regulamentação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 24.995, de 2024, assegurando às servidoras integrantes do quadro do magistério e às ocupantes dos cargos previstos nos incisos X e XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004, o efetivo exercício do direito ao gozo integral das férias anuais, mediante requerimento, imediatamente após o término da licença-maternidade, inclusive nos casos de adoção;

nº 22.724/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual de Melo Viana, no Município de Esmeraldas, pelos 100 anos de sua fundação;

nº 22.725/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da Escola Estadual de Melo Viana, situada em Esmeraldas, como espaço de formação educacional, construção da cidadania e promoção de valores democráticos, bem como para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a instituição pelos 100 anos de sua fundação;

nº 22.737/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a melhoria das condições de funcionamento da Escola Estadual Dr. Nelson Darby de Assis, localizada no Distrito de Conceição do Capim, no Município de Aimorés, bem como para a valorização e o fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais nela lotados;

nº 22.744/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho, em Leopoldina, pelos 50 anos de sua fundação;

nº 22.745/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho, em Leopoldina, e proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com a referida instituição pelos 50 anos de sua fundação;

nº 22.746/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Joelma Aparecida Brandão Campos pelo lançamento do livro *Notícias históricas de Capelinha: introdução à educação patrimonial*, idealizado com o propósito de enriquecer o currículo escolar e servir como ferramenta pedagógica de apoio para os profissionais da educação, estudantes e toda a comunidade escolar;

nº 22.748/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para o desenvolvimento educacional, social e econômico do Estado e do País, bem como para proceder à entrega de diploma referente a votos de congratulações com esse instituto;

nº 22.749/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Unidade Sabará – pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 22.750/2026, da deputada Beatriz Cerqueira e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Unidade Betim – pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 22.751/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância do Centro de Inteligência e Tecnologia Avançadas em Terras Raras, proposto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Poços de Caldas – e pela Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas – ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 22.759/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da atuação da Defensoria Pública na defesa do direito à educação, bem como proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com Paulo César Azevedo de Almeida;

nº 22.774/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da execução do Contrato nº 9492760/2025, firmado entre a secretaria de que é titular e o Instituto Hortense, encaminhando-se a esta Casa os documentos e esclarecimentos que especifica;

nº 22.775/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça pedido de providências para que seja conferida agilidade à tramitação do Projeto de Lei nº 2.590/2024, que dá a denominação de Escola Estadual Indígena Pataxó Ug Hãhãhã Katurãma à escola estadual de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio situada na Comunidade Katurãma, no Município São Joaquim de Bicas;

nº 22.776/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja encaminhado aos secretários de Estado de Educação e de Governo pedido de informações consubstanciadas no termo de referência que fundamentou a celebração do Contrato nº 9492760/2025, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e a empresa Fazer Educação Ltda.;

nº 22.780/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada Kellen Silva Senra, ex-subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, para debater a execução do Contrato nº 9492760/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Hortense, quanto ao cumprimento de seu objeto e à sua execução física e financeira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/7/2026

Às 11h6min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, obter esclarecimentos da ex-subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica sobre a execução do Termo de Contrato nº 9.462.760, firmado com a empresa Fazer Educação Ltda., e do Termo de Contrato nº 9.501.223, firmado com o Consórcio Cdel-EBN, ambos para aquisição de material didático na rede estadual. A seguir, comunica o recebimento de mensagem por correio eletrônico da Sra. Kellen Silva Senra Nunes, convidada da audiência pública, comunicando a impossibilidade de comparecimento à reunião. Diante disso, a presidência convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Bella Gonçalves – Ulysses Gomes.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/7/2026

Às 16 horas, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e o deputado Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 944/2023 e 3.476/2025, ambos na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; e 4.172/2025 na forma do vencido em 1º turno (relatora: deputada Ana Paula Siqueira); no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.541 e 4.173/2025, este na forma do Substitutivo nº 2, e 5.307/2026 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ricardo Campos); e 3.549/2025 na forma do Substitutivo nº 2 e 3.660/2025 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relatora: deputada Andréia de Jesus, após redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.676/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ações voltadas à campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”;

nº 22.770/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira pedido de providências para apuração de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do vereador Arnaldo Francisco Castelhana, tendo em vista relatos encaminhados à comissão de prática de violência psicológica, assédio moral e desacato contra servidores públicos do Poder Executivo municipal, com a adoção das medidas cabíveis e comunicação à comissão das medidas eventualmente adotadas; e sejam encaminhadas ao referido destinatário as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da comissão;

nº 22.771/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater o crescimento de comunidades extremistas autodenominadas *red pill* e de discursos de ódio, bem como sua correlação com o aumento do feminicídio no Estado;

nº 22.773/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater os desafios da participação política feminina e os mecanismos de combate à violência política de gênero no Estado;

nº 22.822/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater os vinte anos da Lei Maria da Penha e as ações do “Agosto lilás”, focadas no fortalecimento das ações governamentais e expansão da rede de enfrentamento à violência contra a mulher; e

nº 22.827/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater a mobilização nacional “7 de agosto por mulheres vivas e livres”, no contexto dos 20 anos da Lei Maria da Penha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/7/2026

Às 16h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves (substituindo a deputada Macaé Evaristo, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta) e o deputado Ulysses Gomes (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, em seguida, a suspende. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Lohanna. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para a educação pública superior e proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Professora Lavinia Rosa Rodrigues pela gestão como reitora da universidade. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.520/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de futsal feminino (módulo I) da Escola Estadual Carlos Albuquerque, em Montes Claros, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.521/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de vôlei feminino (módulo 1) da Escola Estadual Sant’Ana, em Brasília de Minas, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.522/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de vôlei masculino (módulo 1) da Escola Estadual Sant’Ana, em Brasília de Minas, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.523/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de vôlei masculino (módulo 2) da Escola Estadual Sant’Ana, localizada em Brasília de Minas, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.524/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de futsal feminino (módulo II) da Escola Estadual Carlos Albuquerque, em Montes Claros, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.525/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de vôlei feminino (módulo 2) da Escola Estadual Sant'Ana, em Brasília de Minas, pela conquista da etapa microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais;

nº 22.792/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Guaraciama pedido de providências para promover o enquadramento das monitoras infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026, e assegurar os direitos das profissionais da educação infantil no âmbito do município;

nº 22.795/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a contribuição da Escola Estadual Doutor Carlos Albuquerque para a educação pública do Estado, destacando-se o desempenho de seus estudantes nos jogos estudantis, bem como para proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações aprovados pela comissão;

nº 22.796/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a contribuição da Escola Estadual Sant'Ana, do Município de Brasília de Minas, para a educação pública do Estado, destacando-se o desempenho de seus estudantes nos jogos estudantis, bem como para proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações aprovados pela comissão;

nº 22.797/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Sra. Kellen Silva Senra, ex-subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, com o objetivo de debater a execução do Contrato nº 9492760/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Hortense (emendado pela deputada Beatriz Cerqueira);

nº 22.800/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocada a Sra. Kellen Silva Senra, ex-subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, para que preste esclarecimentos sobre a execução do Termo de Contrato nº 9.462.760, firmado com a empresa Fazer Educação Ltda., e do Termo de Contrato nº 9.501.223, firmado com o Consórcio Cdel-EBN, ambos para aquisição de material didático na rede estadual de ensino.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Cristiana Fonseca de Castro Oliveira, presidenta da Associação dos Docentes da Uemg; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Uemg; e Vanesca Korasaki, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Uemg; e os Srs. Julio Fraga Marques, diretor de Comunicação da Uemg; e Luiz Gustavo de Oliveira Lopes Cançado, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. A presidenta faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Ato contínuo, é realizada a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Profa. Lavínia Rosa Rodrigues pela gestão como reitora da Uemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/7/2026

Às 10h10min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar

proposições da comissão e, em audiência pública, receber a apresentação, realizada pela Secretaria de Estado de Educação, do panorama do cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197, de 2018, para que a comissão elabore o relatório final do Tema em Foco (edição 2025-2026), no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento as Sras. Analise de Jesus da Silva, pedagoga, historiadora, mestre, doutora e pós-doutora em educação; Cristiana Fonseca de Castro Oliveira, presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais; Cristina Andrade Melo, procuradora do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG; Daniele Bellettato Nesrala, defensora pública e coordenadora estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Defensoria Pública de Minas Gerais; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; Rachel Campos Pereira de Carvalho, auditora de Controle Externo e assessora da Diretoria Geral do TCE-MG, representando o presidente; Suely Duque Rodarte, diretora executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, representando o presidente; e os Srs. Gustavo Oliveira Braga de Souza, secretário de Estado de Educação; e Victor Matthaus Moreira Silva Cunha, defensor público do Estado, representando a defensora pública-geral. A presidência faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves – Leleco Pimentel.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 5.365/2026

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a proposição em epígrafe dispõe sobre o processo de escolha e nomeação dos cargos de reitor, vice-reitor e de direção da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Administração Pública. A primeira concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma original. As Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Administração Pública opinaram pela aprovação da proposição também na forma original.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foi apresentada em Plenário a Emenda nº 1 à matéria, que vem a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Emenda nº 1, apresentada em Plenário pelo deputado Arlen Santiago, propõe alterar a cláusula de vigência do projeto para que entre em vigor 180 dias após a data da publicação da lei.

A Lei Complementar nº 78, de 2004, que disciplina a elaboração, alteração e consolidação das leis no Estado, em conformidade com o parágrafo único do art. 63 da Constituição Estadual, dispõe em seu art. 3º que, na elaboração da lei, deverão ser observados determinados princípios, dentre os quais o de que o início de sua vigência deve ser indicado de forma expressa, garantindo-se, quando necessário, prazo para que dela se tenha amplo conhecimento. No caso do projeto de lei em tela, foi determinado que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Entendemos, por oportuno, que a alteração da cláusula de vigência proposta na emenda em discussão não se justifica, uma vez que a implementação das medidas instituídas pela proposição em estudo não exige período de adaptação nem por parte da Uemg e Unimontes nem por parte do governo do Estado, pois não está prevista a criação de novas estruturas administrativas, providências ou procedimentos que já não integrem o processo de escolha dos dirigentes das instituições universitárias atualmente adotado. Trata-se, portanto, de medidas de aplicação imediata, cuja eficácia dependerá apenas da observância de seus comandos legais, de modo que a postergação de sua vigência por 180 dias apenas retardaria, sem justificativa, a produção dos efeitos pretendidos pela lei.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 5.365/2026, em 1º turno.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2026.

Ione Pinheiro, presidenta – Leleco Pimentel, relator – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 9/7/2026, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício SEE/GAB Apoio nº 1.682/2026, da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.797/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.797/2025.)

Ofício nº 332/2026/Aspar/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.704/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.704/2026.)

Ofício nº 1.675/2026/DPMG-DPG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.707/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.707/2026.)

Ofício nº 199.744/2026/DG-Copar/DG/Dnit Sede, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.166/2026, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.166/2026.)

Ofício nº 199.183/2026/DG-Copar/DG/Dnit Sede, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.510/2026, do deputado Enes Cândido. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.510/2026.)

Ofício nº 198.325/2026/DG-Copar/DG/Dnit Sede, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 17.901 e 17.903/2026, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se aos Requerimentos nº 17.901 e 17.903/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.151/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.151/2026.)

Ofício nº 1.180/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.196/2026, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.196/2026.)

Ofício nº 1.183/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.229/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.229/2026.)

Ofício nº 1.181/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, celebração de convênio de saída Requerimento nº 18.237/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.237/2026.)

Ofício nº 1.182/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.241/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.241/2026.)

Ofício nº 1.184/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.243/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.243/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.323/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.323/2026.)

Ofício da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Patrocínio prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 18.479 e 18.480/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se aos Requerimentos nº 18.479 e 18.480/2026.)

Ofício nº 433/2026, da Câmara Municipal de Santa Rita do Jacutinga, informando o encaminhamento do Ofício nº 797/2026/SGM à Prefeitura Municipal de Santa Rita do Jacutinga, com vistas à adesão desse município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (– À Secretaria-Geral da Mesa.)

Ofício SES/SUBGF-SPF-DCR-CFC nº 1.060/2026, da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informação sobre a celebração de convênio de saída entre o Estado e a Universidade Federal de Minas Gerais. (– À Comissão de Saúde.)

MENSAGEM POR CORREIO ELETRÔNICO

Mensagem por correio eletrônico do Conselho Estadual de Educação encaminhando o relatório de gestão desse conselho referente ao período de 2022 a 2025. (– À Comissão de Educação.)



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se ao Requerimento nº 18.554/2026 o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 18.554/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 17/6/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a implantação de uma estrutura centralizada de apoio aos psicólogos e assistentes sociais que atuam nas escolas, garantida a representação desses profissionais, segundo o modelo adotado pela Prefeitura Municipal de Nova Lima, apresentado em audiência pública da comissão, conforme as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da comissão; e sejam encaminhadas aos referidos destinatários as citadas notas taquigráficas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 10/6/2026, que teve por finalidade debater a implantação e a efetivação, no Estado, da Lei Federal nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, integrando saúde, assistência social e educação.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 18.555/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 17/6/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que atue com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a fim de assegurar a realização de concurso público para psicólogo e assistente social para prestação de serviço na rede pública de educação do município, em conformidade com a Lei Federal nº 13.935, de 11/12/2019; e sejam encaminhadas ao referido destinatário as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da comissão.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 10/6/2026, que teve por finalidade debater a implantação e a efetivação, no Estado, da Lei Federal nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, integrando saúde, assistência social e educação.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/7/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 3/7/2026, que exonerou Osmar Martins Borges, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

exonerando Alexandro Franklin de Souza Nascimento, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

exonerando Humberto Giovanni Verona Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nomeando Alexandro Franklin de Souza Nascimento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nomeando Geraldo Donizete de Lima, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 92/2026

Número no Siad: 9408697-2

Contratante: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Contratada: Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviço de locação de sistema de controle de acesso biométrico e registro de frequência com tecnologia IP (Internet Protocol), incluindo projeto, instalação, treinamento, manutenção, gerenciamento e suporte técnico. Objeto do aditamento:

prorrogação excepcional de vigência, por 12 meses. Vigência: de 26/10/2026 a 25/10/2027, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2026**

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/5/2026, nas págs. 2 e 3.

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/7/2026, na pág. 104, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 19.026/2026, onde se lê:

“(– À Mesa da Assembleia.)”, leia-se:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela comissão de Meio Ambiente. Anexe-se ao Requerimento nº 16.614/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2026

Fica sem efeito a publicação da errata relativa à matéria em epígrafe, na edição de 9/7/2026, na pág. 192.